

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL  
FACULDADE DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

**ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DA TURQUIA:  
CÁUCASO, ÁSIA CENTRAL E ORIENTE MÉDIO**

Luciana Ghiggi

Porto Alegre  
2010

Luciana Ghiggi

**ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DA TURQUIA:  
CÁUCASO, ÁSIA CENTRAL E ORIENTE MÉDIO**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik

Porto Alegre

2010

Luciana Ghiggi

**ESTRATÉGIA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL DA TURQUIA:  
CÁUCASO, ÁSIA CENTRAL E ORIENTE MÉDIO**

Monografia apresentada ao Departamento de Economia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul como requisito parcial para obtenção do grau de Bacharel em Relações Internacionais.

Aprovada em \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2010.

---

Prof. Dr. Marco Aurélio Chaves Cepik

---

Prof. Dr. Paulo Fagundes Visentini

---

Prof. Luiz Dario Ribeiro Teixeira

Porto Alegre  
2010

*Since 2002, Turkey has been undergoing a quiet revolution.*

Ofra Bengio

*Power is the ability to affect others to obtain the outcomes you want.*

*You can do that in three ways: through threats of coercion (sticks); through payments (carrots); and through attraction that makes others want what you want.*

*If you can get others to want what you want, you can save an awful lot on carrots and sticks.*

Joseph Nye

## **RESUMO**

Esta monografia tem por objetivo entender as motivações da Turquia ao propor políticas de integração regional para a Ásia Central, o Cáucaso e o Oriente Médio. A partir de uma revisão analítica e histórica da política externa turca, desde a sua fundação em 1923 até os dias atuais, este trabalho analisa como se dá a aproximação da Turquia com as três regiões estudadas, e quais os objetivos turcos ao formular tais políticas. O argumento inicial é de que a Turquia deseja se tornar uma potência regional integrada para manter a estabilidade e a segurança das regiões vizinhas e, assim, afirmar-se como um país central no sistema internacional. Finalmente, é realizada uma análise da capacidade estatal da Turquia em alcançar seus objetivos e se tornar uma potência regional integrada.

## **ABSTRACT**

The present work has the objective of understanding Turkey's motivations in proposing regional integration policies in relation to Central Asia, the Caucasus and the Middle East. Departing from an analytical and historical review of Turkish foreign policy, from its foundation in 1923 to the present day, this work analyzes how Turkey approaches the three studied regions, and which are the Turkish objectives in formulating such policies. The main argument is that Turkey wishes to become a regional integrated power in order to keep the stability and security of the surrounding regions and, therefore, establish itself as a central country on the international system. Finally, the work proceeds to analyze Turkey's state capacity in reaching its objectives and becoming a regional integrated power.

## **RESUMEN**

El presente trabajo tiene el objetivo de comprender las motivaciones de Turquía para proponer políticas de integración regional en relación con Asia Central, el Cáucaso y Oriente Medio. Partiendo de un estudio analítico e histórico de la política exterior de Turquía, desde su fundación en 1923 hasta la actualidad, este trabajo analiza cómo Turquía se acerca a la tres regiones estudiadas, y cuáles son los objetivos turcos en la formulación de dichas políticas. El argumento inicial es que Turquía quiere convertirse en una potencia regional integrada a fin de mantener la estabilidad y la seguridad de las regiones circundantes y por tanto establecerse como un país central en el sistema internacional. Por último, el trabajo procede a analizar la capacidad de Turquía en alcanzar sus metas y convertirse en una potencia regional integrada.

## GLOSSÁRIO

### Lista de Organizações Internacionais

	Cúpula dos Países de Língua Túrquica		Turkic Language Speaking Countries Summit
	Conselho de Cooperação de Países de Língua Túrquica		Cooperation Council of Turkic Speaking States
	Pacto para a Estabilidade dos Balcãs		Balkan Stability Pact
CEE	Comunidade Econômica Europeia	EEC	European Economic Community
FIAS	Força Internacional de Assistência para Segurança	ISAF	International Security Assistance Force
OCDE	Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico	OECD	Organisation for Economic Co-operation and Development
OCEMN	Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro	BSEC	Black Sea Economic Co-operation Organisation
OCI	Organização da Conferência Islâmica	OIC	Organisation of the Islamic Conference
OCX	Organização de Cooperação de Xangai	SCO	Shanghai Cooperation Organisation
OLD	Operação Liberdade Duradoura	OEF	Operação Enduring Freedom
ONU	Organização das Nações Unidas	UN	United Nations
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte	NATO	North Atlantic Treaty Organization
PCEC	Plataforma de Cooperação para a Estabilidade do Cáucaso	CSCP	Caucasus Stability and Cooperation Platform

### Lista de Tratados Internacionais

Acordo de Comércio da Organização para Cooperação Econômica	Economic Cooperation Organisation Trade Agreement (ECOTA)
Acordo de Cooperação Agrícola Técnica, Científica e Econômica	Agreement on Technical, Scientific and Economic Cooperation in Agriculture
Acordo de Cooperação Comercial, Econômica, Industrial e Científica	Agreement on Trade, Economic, Industrial and Scientific Cooperation
Acordo de Cooperação das Indústrias de Defesa	Defense Industry Co-operation Agreement
Acordo de Prevenção da Taxação Dupla	Agreement on the Prevention of Double Taxation
Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimento	Agreement on Reciprocal Promotion and Protection of Investment
Acordo Militar de Cooperação e Treinamento	Military Training and Co-operation Agreement
Agência de Coperação Internacional Turca	Turkish International Cooperation Agency (TICA)
Conselho Econômico Turco-Cazaque	Turkish-Kazakh Business Council
Diretoria de Assuntos Religiosos	Directorate of Religious Affairs
Pacto de Bagdá	Baghdad Pact
Pacto de Saadabad	Saadabad Treaty
Pacto dos Balcãs	Balkan Pact

### Lista de Siglas

AKP	<i>Adalet ve Kalkınma Partisi</i> – Partido da Justiça e do Desenvolvimento
BTC	Baku–Tbilisi–Ceyhan
BTE	Baku–Tbilisi–Erzurum
EUA	Estados Unidos da América
ITC	<i>İttihat ve Terakki Cemiyeti</i> – Comitê para a União e o Progresso
PKK	<i>Partiya Karkerên Kurdistan</i> – Partido dos Trabalhadores do Curdistão
RP	<i>Refah Partisi</i> – Partido do Bem Estar
TPAO	<i>Türkiye Petrolleri Anonim Ortaklığı</i> – Companhia Nacional de Petróleo Turca
UNFICYP	Força de Paz da ONU no Chipre
URSS	União Soviética

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	<b>8</b>
<b>Capítulo I: Análise da Política Externa Turca</b> .....	<b>12</b>
1.1. 1923 – 1945: Da fundação da República à Segunda Guerra Mundial .....	12
1.2. 1945 – 1990: Pós-Segunda Guerra Mundial e Guerra Fria .....	14
1.3. 1990 – 2010: Pós-Guerra Fria .....	17
1.3.1. Estados Unidos da América .....	19
1.3.2. União Europeia .....	20
1.3.3. Rússia .....	22
1.4. A Profundidade Estratégica de Davutoğlu: política externa sob o governo AKP .....	24
<b>Capítulo II: Relações Regionais da Turquia: Ásia Central, Cáucaso e Oriente Médio</b> .....	<b>27</b>
2.1. Relações com a Ásia Central .....	27
2.2. Relações com o Cáucaso .....	29
2.3. Relações com o Oriente Médio .....	32
<b>Capítulo III: Reorientação da Política Externa Turca: a integração regional e seus determinantes</b> .....	<b>37</b>
3.1. Integração econômica .....	37
3.1.1. Ásia Central .....	39
3.1.2. Cáucaso .....	39
3.1.3. Oriente Médio .....	40
3.2. Integração política .....	41
3.3. Integração energética .....	42
3.4. Determinantes das políticas de integração .....	44
<b>Capítulo IV: Oportunidades e Limites para a Estratégia Turca: capacidade estatal na Turquia</b> .....	<b>47</b>
4.1. Capacidade estatal .....	46
4.2. Escolha de casos .....	47
Irã .....	47
Israel .....	48
4.3. Análise comparativa das Forças Armadas: Turquia, Irã e Israel .....	48
Turquia .....	49
Irã .....	50
Israel .....	51
<b>Conclusão</b> .....	<b>52</b>
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	<b>55</b>
<b>Anexos</b> .....	<b>59</b>

## INTRODUÇÃO

À respeito da República da Turquia, ALTUNISIK e TÜR (2005:88) afirmam que o país, “mesmo se quisesse, não poderia pertencer à periferia da política mundial” (tradução da autora)<sup>1</sup>. A importância estratégica da Turquia para as relações internacionais se dá, em grande medida, pela sua localização geográfica. Cercada em três dimensões por mares – o Mar Negro, o Mar Egeu e o Mar Mediterrâneo –, a Turquia consiste em uma passagem natural entre Europa e Ásia, separando os dois continentes através dos estreitos de Bósforo e Dardanelos. Estado sucessor do Império Otomano, a Turquia faz fronteira com diferentes e importantes complexos regionais de segurança<sup>2</sup>, como a Europa, o Oriente Médio, os Bálcãs e o Cáucaso, e até algumas décadas atrás, a União Soviética (URSS) (ÇELIK, 1999)<sup>3</sup>.

Foi observado (BAĞCI, 2009) que a Turquia está localizada em um ponto onde, há quase um século, o poder mundial se divide em duas partes. Se antes era a divisão ideológica entre comunismo e capitalismo, atualmente é o eixo Norte-Sul – baseado em diferenças econômicas – que coloca Turquia na fronteira entre dois mundos. Com cerca de 75 milhões de habitantes e um PIB de 617 bilhões de dólares em 2009, a Turquia reúne inúmeras capacidades, como, por exemplo, o tamanho de suas Forças Armadas ou seu expressivo crescimento econômico, além de sua localização privilegiada e características geopolíticas, que a fizeram ser considerada uma potência em ascensão pelas regiões que a cercam (WORLD BANK, 2010; ALTUNISIK & TÜR, 2005).

O peso desses indicadores variou com o tempo e causou significativas mudanças na orientação da política externa turca ao longo da história, elevando a Turquia ao nível de potência regional e afetando suas relações com os principais países e complexos de segurança do sistema internacional. Além disso, deve-se avaliar as mudanças na orientação externa da Turquia de uma maneira mais abrangente, levando em conta as transformações trazidas pela globalização e emergência de novos atores no sistema internacional. Pode-se observar, por exemplo, que a política externa turca se adaptou à bipolaridade mundial durante a Guerra Fria, à nova composição de países após o desmantelamento da URSS, e ao contexto da atual etapa da globalização, caracterizada pela formação de blocos regionais de integração<sup>4</sup>.

Desde a fundação do Estado moderno em 1923, a Turquia exerceu uma política alinhada com o Ocidente, principalmente durante o período da Guerra Fria – quando serviu de Estado-tampão para conter a ameaça comunista em direção ao Oriente Médio. Entretanto, depois de quase 70 anos de alinhamento automático, a Turquia está se afastando cada vez mais do Ocidente. Desde o final da Guerra Fria, quando o país sofria uma forte influência dos Estados Unidos e agia de maneira reativa,

---

<sup>1</sup> “Turkey, even if they wanted to, could not stay on the periphery of world politics”.

<sup>2</sup> *Complexos regionais de segurança* fazem referência ao modelo descritivo formulado inicialmente por Barry Buzan em 1991. A versão mais desenvolvida da chamada “teoria dos complexos regionais de segurança”, apresentada Buzan e Wæver em 2003, descreve um complexo regional de segurança como “um conjunto de unidades cujos principais processos de securitização, dessecuritização ou ambos, são tão interligados que seus problemas de segurança não podem ser razoavelmente analisados ou resolvidos de maneira independentes umas das outras” (BUZAN & WÆVER, 2003:44).

<sup>3</sup> Ver um mapa da Turquia nos anexos.

<sup>4</sup> Integração regional, neste trabalho, será caracterizada como o processo de intensificação das relações a nível regional, que pode ocorrer na esfera econômica, de segurança ou mesmo na esfera cultural.

a Turquia tem adotado uma orientação mais proativa, assertiva e independente, com o objetivo principal de contribuir para a redução/minimização de conflitos e de criar uma política de boa vizinhança. Assim, ao mesmo tempo em que a Turquia busca fortalecer a cooperação com seus parceiros, vê sua influência política e econômica aumentar.

Ao fim da Guerra Fria, a Turquia se viu em uma situação onde ser membro da Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN)<sup>5</sup> não significava pertencer ao Ocidente – e a rejeição da Turquia ao *membership* na Comunidade Europeia em 1989 confirmou essa visão. Além disso, a emergência de novas regiões, como os Balcãs e o Cáspio, abriu novas possibilidades à medida que a Turquia passou a se identificar com estes novos atores. Em 2002, a vitória eleitoral do partido islâmico AKP (*Adalet ve Kalkınma Partisi* – Partido da Justiça e do Desenvolvimento) reforçou a nova orientação da política externa turca, com o estreitamento de laços com países considerados “parceiros não-tradicionais” e alguns de seus “inimigos históricos”, como Síria, Irã e Iraque.

Concomitantemente, o processo de adesão à União Europeia pouco avançou em decorrência de inúmeras exigências da Comissão Europeia que ainda devem ser cumpridas pela Turquia, e os atritos com os EUA se tornaram mais constantes e crescentes. Acontecimentos recentes também evidenciaram um maior afastamento da Turquia com seus antigos aliados do ocidente, como os ataques de Israel aos navios de bandeira turca que levavam ajuda humanitária à Faixa de Gaza, e o posicionamento aberto da Turquia contra as novas sanções da Organização das Nações Unidas (ONU) em relação ao Irã.

A literatura atual questiona muito se, observados os fatos mencionados acima, o Ocidente estaria perdendo a Turquia. *Provavelmente não*, responderia Recep Tayyip Erdogan, o primeiro-ministro turco e fundador do AKP. Para ele, a Turquia apenas passou de um país-ponte entre o Ocidente e o Oriente para um país central, fugindo do padrão “static and single-parameter policy” e se transformando em um “problem solver” (HALE, 2009), sem se voltar contra nenhuma região específica, mas sim abrindo suas portas a outros parceiros para se adaptar à atual configuração do sistema internacional.

Este trabalho não busca avaliar se a Turquia está ou não virando suas costas para o Ocidente, e sim entender quais são as motivações e os resultados esperados pela Turquia ao propor uma estratégia de aproximação e integração com as diversas regiões que a cercam. A pergunta principal que este trabalho busca responder, dessa forma, é por que a estratégia da Turquia atualmente é se transformar em uma potência regional integrada. Minha hipótese é de que, ao se tornar uma potência regional integrada, a Turquia passaria a garantir seu papel de líder em diversos complexos regionais de segurança, usando seu *soft power*<sup>6</sup> para manter a estabilidade e a segurança

---

<sup>5</sup> As organizações internacionais cujos nomes são de uso corrente na língua portuguesa foram referidas neste idioma. As demais foram mantidas em seu idioma original. Todas as organizações, bem como tratados internacionais mencionados neste trabalho, estão listados no Glossário.

<sup>6</sup> De acordo com a classificação de NYE (2002), *soft power* é o poder da cooperação, e se dá através de forças intangíveis, como cultura, valores e instituições. Já o *hard power* é o poder da coerção, e pode ser dividido aspectos militares (diplomacia coercitiva, guerras e alianças estratégicas com fins belicosos) e econômicos (políticas de apoio financeiro, suborno, sanções econômicas).

das regiões vizinhas, podendo assim ganhar uma significância estratégica global e se afirmar como um país central.

Segundo Pinar BILGIN (2007:749), a expressão *Estado central* é uma metáfora “usada para expressar o potencial da Turquia em ter um papel mais central na política internacional por oficiais das Forças Armadas e autores civis, e até mesmo pelo primeiro-ministro Erdogan” (tradução da autora)<sup>7</sup>. Esta definição é inspirada na *Teoria do Heartland*, de Halford John Mackinder<sup>8</sup>, que confere um elevado grau de importância às regiões que circundam a Turquia. É provável, afirma BAĞCI (2009), que isto tenha sido avaliado por inúmeros políticos e estrategistas para enfatizar o papel da Turquia nas políticas internacionais – começando pela sua afirmação regional.

Além disso, meus objetivos secundários para este trabalho são: (1) analisar a atuação da Turquia em três complexos regionais de segurança – a Ásia Central, o Cáucaso e o Oriente Médio – e a maneira com que políticas de integração estão sendo implementadas; e (2) determinar se a Turquia tem capacidade estatal para se tornar uma potência regional integrada.

Esta monografia está dividida em 4 capítulos. O primeiro capítulo tem um recorte analítico e uma descrição histórica da política externa turca, abrangendo as relações internacionais da Turquia em 3 fases: da fundação do Estado turco ao fim da Segunda Guerra Mundial, a Guerra Fria, e o pós-Guerra Fria até os dias atuais. O capítulo se propõe a analisar as motivações que levaram a Turquia a adotar as diretrizes de sua política externa por quase um século de existência e quais as continuidades e rupturas entre estes períodos, além de fazer uma pequena análise do relacionamento da Turquia com seus principais parceiros extra-regionais – Estados Unidos da América (EUA), Rússia e União Europeia. Além disso, é feita uma análise das diretrizes da política externa sob a administração do AKP e da doutrina da Profundidade Estratégica elaborada pelo Ministro de Relações Exteriores, Ahmet Davutoğlu.

No capítulo II é feita uma análise das interações entre a Turquia e os complexos regionais de Segurança onde melhor se verificam as mudanças e a reorientação da política externa da Turquia: a Ásia Central, o Cáucaso e o Oriente Médio. O objetivo deste capítulo é enfatizar a aproximação da Turquia com estas regiões desde 2002, como uma resposta tardia às novas configurações do sistema internacional pós-Guerra Fria.

Já o capítulo III aborda quais são os indicadores observados, além do discurso oficial, de que a Turquia tem por objetivo se tornar uma potência regional integrada; e quais as causas, as motivações e os objetivos que levam a Turquia a adotar tais políticas de integração. Serão discutidos fatores políticos e econômicos que comprovam que, nos últimos anos, a política externa da Turquia em relação aos complexos regionais de segurança estudados tem sido formulada no sentido de se obter uma interdependência entre os países e uma afirmação da Turquia como líder regional.

---

<sup>7</sup> (...) used to express the potential of Turkey to have a more central place in world politics by military officials and civilian authors, even by Prime Minister R. Tayyip Erdoğan.

<sup>8</sup> Mackinder, primeiramente em 1904 e posteriormente em 1919, definiu o que seria o *Heartland*: uma vasta região rica em recursos naturais, localizada na Eurásia e que inclui o Mar Negro, a Ásia Menor e a Pérsia. As disputas pela Heartland eram uma questão central para as relações internacionais, pois o Estado que controlasse todo o Heartland, segundo Mackinder, poderia tentar obter saídas para mares abertos e dominar o que ele chamava de Ilha Mundo, e, em seguida, comandar o mundo.

Finalmente, no capítulo IV será determinada a capacidade estatal da Turquia em se tornar uma potência regional integrada. Uma vez que os objetivos da política externa turca foram identificados, o capítulo se destina a analisar se o país tem condições de consolidar-se como potência regional e manter seu papel de liderança através do tamanho e do aparato de suas forças militares. Para isso, será feita uma comparação entre o *hard power* da Turquia e de outros atores relevantes das regiões estudadas, como Israel – o principal aliado dos Estados Unidos no Oriente Médio –, e Irã – que, assim como a Turquia, tenta ampliar sua influência na região.

## CAPÍTULO I

### ANÁLISE DA POLÍTICA EXTERNA TURCA

Desde a sua fundação, em 1923, a Turquia tem, consistentemente, buscado uma política externa cujo fim é a paz internacional, baseada na idéia de *peace at home and peace abroad*, estabelecida pelo fundador da República da Turquia e primeiro presidente Mustafa Kemal Atatürk (ÇELİK, 1999).

A ideologia de Atatürk, conhecida por “kemalismo” e implementada na fundação da Turquia, permanece forte até os dias atuais no país. Atatürk é o herói da independência turca, responsável pelo comando das tropas que impediram a ocupação do país e sua subjugação após o desmantelamento do Império Otomano ao fim da Primeira Guerra Mundial. Os três pilares do kemalismo são: o **secularismo**, influenciado pelos ideais da Revolução Francesa e especialmente pela tradição anticlerical de laicização<sup>9</sup>; o **nacionalismo** assimilador, que busca incorporar as minorias muçulmanas e criar uma identidade nacional, rejeitando o conceito de multiculturalismo; e a **ocidentalização**, idéia originada no final do século XIX, com a modernização militar do Império Otomano e a associação dos padrões ocidentais com o desenvolvimento (GORDON & TASPINAR, 2008). Além disso, desde 1923 o exército turco se considera guardião e protetor dos princípios secularistas, envolvendo-se ativamente em questões políticas durante toda a existência do Estado turco – é o fiel da balança impedindo a queda das reformas impostas por Atatürk (CINAR, 2009).

Além da ideologia kemalista, que exerceu forte influência na formulação da política externa da Turquia, outros fatores foram fundamentais para as políticas turcas ao longo de sua existência – como, por exemplo, sua condição geopolítica, o legado histórico e cultural herdado do Império Otomano, e as identidades nacionais e regionais. Apesar da continuidade da política externa turca durante quase um século de existência, sua formulação e implementação variaram ao longo dos anos apresentando certas rupturas de um período para o outro. O objetivo deste capítulo é, portanto, fazer uma revisão analítica e uma descrição histórica da política externa turca, desde a fundação do Estado turco, em 1923, aos dias atuais.

#### 1.1. 1923 – 1945: da fundação da República à Segunda Guerra Mundial

Durante as décadas de 1920 e 1930, a política externa turca foi fortemente influenciada pelas transformações e desafios inerentes ao processo de construção do Estado e do nacionalismo turco. Com seu território e propriedades devastados por anos em guerra, o desenvolvimento econômico e as reformas modernizadoras se tornaram prioridade para Atatürk. Assim, a política externa se focou na formação interna do Estado, em manter e delimitar suas fronteiras, e obter o reconhecimento internacional da sua soberania e independência.

---

<sup>9</sup> Entretanto, ao invés de separar formalmente Estado e religião, como observado na França, a Turquia monopolizou as funções religiosas e incorporou o *personnel* religioso na burocracia do Estado, para controlar melhor a religião. Até os dias de hoje, o *Directorate of Religious Affairs* supervisa e regula o Islamismo na Turquia.

O presidente turco adotou como modelo os Estados democráticos, avançados e industrializados do Ocidente, que haviam saído vitoriosos da Primeira Guerra Mundial. De acordo com GORDON e TASPINAR (2008: 14), “se a Turquia quisesse encontrar seu lugar de direito no século XX – ou ao menos sobreviver sem ser retalhada pelas grandes potências, como as regiões islâmicas no Oriente Médio – teria que pertencer ao Ocidente” (tradução da autora)<sup>10</sup>. Assim, o kemalismo serviu como justificativa ideológica para as mudanças executadas no período, que tinham por objetivo a reforma das instituições políticas do país e o desenvolvimento de uma economia livre da dominação externa, através de políticas econômicas estatais. Em uma tentativa de “importar” o modelo europeu para a Turquia, foram abolidos o Sultanato e o Califado, o uso do alfabeto Árabe e as escolas Islâmicas. Ademais, além de adotar códigos civis europeus, Atatürk introduziu o alfabeto latino e o calendário ocidental, e roupas consideradas “ocidentais” se tornaram obrigatórias<sup>11</sup> (VANDERLIPPE, 2005).

Embora o estabelecimento como Estado independente fosse a prioridade da Turquia no período, sua geopolítica impediu que o país se isolasse da política internacional em prol da sua reconstrução interna. Após o fim da Primeira Guerra Mundial e a reorganização do mapa, a Turquia passou a dividir fronteiras com as principais potências da época – União Soviética ao norte, Grã-Bretanha (que ocupava o Iraque) e França (que ocupava a Síria) a sudeste, e Itália (que ocupava o Dodecaneso) a oeste.

Externamente, a Turquia tentava consolidar a sua independência e sua integridade territorial. Utilizando sua localização estratégica a seu favor, a Turquia assinou uma série de tratados de amizade, baseados na neutralidade e no balanço de poder. Além disso, o país acertou na estratégia ao explorar as rivalidades entre as grandes potências e lançar mão de sua diplomacia e da ameaça do uso da força (SÖZEN, 2006). Assim, JUNG (2003) mostra que

no tratado de amizade com a Grécia (1930) e o *Balkan Pact* (1934) com Iugoslávia, Bulgária, Romênia e Grécia, a Turquia normalizou as suas relações com os agora Estados independentes das antigas províncias europeias do Império Otomano. Em 1934, Xá Reza do Irã visitou Ancara e diversos acordos sobre tarifas, comércio, fronteiras e segurança foram concluídos entre Turquia e Irã nos anos 1930. Finalmente, os dois países assinaram juntamente com Afeganistão e Iraque um pacto de não-agressão, o chamado Pacto de Saadabad de 1937 (tradução da autora)<sup>12</sup>.

Pode-se observar, dessa forma, que a intenção do primeiro-ministro – e presidente, após a morte de Atatürk em 1938 – İsmet İnönü era manter relações neutras e de cordialidade com seus vizinhos.

Nas vésperas da Segunda Guerra Mundial, a Turquia foi alvo de disputa entre as grandes potências que brigavam por apoio e influência. Ameaçada com os avanços da Alemanha no

---

<sup>10</sup> if Turkey was to find its rightful place in the twentieth- century world—or merely survive without being carved up by the Great Powers, like the other Muslim lands in the Middle East—it would have to do so as part of the West.

<sup>11</sup> Entretanto, a maioria destas reformas se limita aos centros urbanos; o interior turco permaneceu intocado. Até os anos 1950, grande parte da população turca permaneceu isolada, enquanto que os centros modernos se tornaram modernos e seculares. Assim “duas Turquias” coexistiram: uma urbana, laica e moderna, e outra rural, periférica, tradicional e religiosa (RABASA, 2008:33).

<sup>12</sup> In the treaty of friendship with Greece (1930) and the Balkan Pact (1934) with Yugoslavia, Bulgaria, Romania and Greece, Turkey normalized its relations with the now independent states of the former European provinces of the Ottoman Empire. In 1934, Reza Shah of Iran visited Ankara and a number of agreements on tariffs, trade, borders and security were concluded between Iran and Turkey in the 1930s. Finally, the two countries signed together with Afghanistan and Iraq a non-aggression pact, the so-called Saadabad Treaty of 1937.

continente Europeu, com a expansão da Itália no Mediterrâneo e a ocupação italiana na Albânia, a Turquia passou então a procurar tratados de assistência mútua com as grandes potências da época. Assim, barganhou com a Grã-Bretanha e com os Estados Unidos até se sentir segura. O pacto de não-agressão entre URSS e Alemanha, em 1939, e o início da Segunda Guerra Mundial, com a invasão da Polónia pela Alemanha, possibilitaram que a Turquia aumentasse seu poder de barganha. Com o tratado de assistência mútua entre Turquia, Grã-Bretanha e França, assinado em 19 de outubro de 1939,

os turcos conseguiram quase tudo que queriam. Um empréstimo em ouro de 16 milhões e um crédito de 25 milhões de libras para a compra de equipamentos militares estavam garantidos. Em um protocolo anexo, a Turquia se eximiu de qualquer obrigação que a envolvesse em uma Guerra com a União Soviética (DERINGIL, 1989:83) (tradução da autora)<sup>13</sup>.

Se, por um lado, o tratado era visto pelos Aliados como um meio de ação efetiva nos Balcãs e no Oriente Médio, por outro lado a Turquia o via como um instrumento a ser usado somente em caso de extrema necessidade – recusando-se, assim, a participar da guerra alegando que sua ação poderia levar a um conflito direto com a URSS. Apesar do acordo, a Turquia procurou adotar uma política de neutralidade durante toda a guerra em virtude das ameaças apresentadas pela Alemanha. Eventualmente, em fevereiro de 1945, o país declarou guerra à Alemanha com o objetivo de participar da Conferência de São Francisco, que deu origem à ONU (JUNG, 2003).

Com o fim da guerra, as relações entre Turquia e Grã-Bretanha ficaram comprometidas, uma vez que os ingleses acusavam a Turquia de não ter cumprido seus compromissos. Para o governo turco, sua meta havia sido atingida: passar pela guerra sem fazer parte dela (ALTUNISIK & TÜR, 2005). De acordo com ALTUNISIK e TÜR (2005:122), “İnönü e seus colegas acreditavam que devido à sua localização geográfica, as potências ocidentais não suportariam alienar a Turquia por um período muito longo. Os eventos do imediato pós-guerra provaram que eles estavam corretos” (tradução da autora)<sup>14</sup>.

## 1.2. 1945 – 1990: Pós 2ª Guerra Mundial e Guerra Fria

A Guerra Fria foi um fator fundamental na determinação das relações internacionais na segunda metade do século XX. O afastamento entre a Turquia e a URSS, observado neste período, foi um importante marco na história das relações exteriores turcas. Ao sofrer ameaças dos dirigentes soviéticos – que exigiam a concessão territorial das províncias de Kars e Ardahan, além do controle dos estreitos e canais turcos –, a Turquia reconheceu que só faria frente às demandas de Stalin se alinhando com os Estados Unidos e, assim, entrou decididamente na esfera de influência do bloco capitalista. Além da possibilidade de barrar a ameaça soviética e contar com o auxílio financeiro e militar fornecidos pela Doutrina Truman e pelo Plano Marshall<sup>15</sup>, Ancara viu a oportunidade como uma

<sup>13</sup> The turks got most of they wanted. A loan of 16 million in gold and a credit of 25 million pounds for the purchase of military equipment were granted. In a separate protocol attached to the treaty, Turkey was excused from any obligation which could involve her in a war with the Soviet Union.

<sup>14</sup> İnönü and his colleagues believed that due to its geographic position the western powers could not afford to alienate Turkey for a lengthy period. The events in the immediate post-war period would prove them right.

<sup>15</sup> Mais de 150 milhões de dólares foram investidos em defesa e infra-estrutura na Turquia.

maneira de estreitar seus laços com as grandes potências ocidentais e de dar continuidade ao seu projeto de ocidentalização (ALTUNISIK & TÜR, 2005; HARRIS, 1975).

Ainda no fim dos anos 1940, a Turquia iniciou seus esforços de adesão na OTAN, o pilar securitário da ordem pós-Guerra no bloco ocidental. Após enviar 4.500 tropas para a Guerra da Coreia sob o comando da ONU, em 1950, a associação da Turquia na OTAN finalmente se deu em 1952. O principal objetivo da Turquia dentro da OTAN era servir como um Estado-tampão, bloqueando o avanço da ameaça soviética em direção ao Sul e ao Oriente Médio. Para isso, o aparato militar da Turquia cresceu consideravelmente, e a presença militar americana dentro da Turquia aumentou em grande escala. Além disso, a Turquia almejava fazer parte também das organizações não-securitárias estabelecidas pelos países ocidentais, e assim se tornou um membro fundador da ONU (1945), da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico – OCDE (1948), membro do Conselho da Europa (1949), e um membro associado da Comunidade Econômica Europeia (CEE) (1963). SÖZEN (2006:6) afirma que “a transformação da Turquia em membro da OTAN em 1952 e em membro associado da CEE em 1963 foi o ponto culminante na ‘ocidentalização externa’ da Turquia durante a Guerra Fria” (tradução da autora)<sup>16</sup>.

Pode-se dizer, então, que este foi o marco orientador da política externa que seria praticada na Turquia pelas próximas quatro décadas: conter a ameaça soviética. Nesse sentido, tentou-se uma aproximação com o Oriente Médio – principal foco do avanço comunista, especialmente após a descoberta de reservas energéticas – através da criação de organismos multilaterais, como o Pacto de Bagdá, estabelecido em 1955.

Já nas décadas de 1960 e 1970, as relações da aliança Turco-Americana ficaram estremecidas. Em 1963-64, aconteceu a primeira crise no Chipre, ocasionada por conflitos sectários entre os cipriotas gregos e cipriotas turcos na ilha. Na iminência de uma invasão turca para controlar a situação na ilha, a Turquia foi dissuadida de se envolver diretamente no conflito através da criação da Força de Paz da ONU no Chipre (UNFICYP), em 1964. Uma nova tentativa de intervenção turca foi barrada quando o presidente americano Lyndon Johnson desencorajou, através de uma carta<sup>17</sup>, a investida ao não autorizar o uso de armamentos americanos, afirmando que a atuação turca no Chipre atrairia a URSS para uma guerra, de forma que a OTAN não interviria em defesa da Turquia. O primeiro-ministro turco, Suat Hayri Ürgüplü, em resposta, passou a impor diversas restrições para as atividades americanas em território turco – como, por exemplo, a não-disponibilização das instalações turcas para que os EUA prestassem ajuda a Israel durante a guerra Árabe-Israelense em 1967, e a redução, em 1969, do número de bases militares disponíveis em território turco aos contingentes da OTAN (ALTUNISIK & TÜR, 2005:107,108).

Se durante a primeira crise esforços conseguiram impedir a participação armada da Turquia na ilha de Chipre, na segunda crise do Chipre (1973-47) a Turquia efetivamente invadiu o território cipriota. A chamada *Operação Atilla* foi uma resposta ao golpe de Estado na ilha apoiado por uma junta militar grega e organizada pela Guarda Nacional Cipriota. Em agosto de 1974, as tropas turcas

---

<sup>16</sup> Turkey's becoming a member of NATO in 1952 and an associate member of the EEC in 1963 was the culmination points in Turkey's "external westintegration" during the Cold War.

<sup>17</sup> Carta disponível em <http://www.cyprus-conflict.org/materials/johnsonletter.html>. Último acesso: 10/10/2010.

ocuparam cerca de 37% do território da ilha, encerrando a Operação (sem, porém, se retirar da ilha) e criando, anos mais tarde, a República Turca de Chipre do Norte – reconhecida apenas pela Turquia.

Os conflitos entre os cipriotas de origem grega e turca que precederam a invasão turca na ilha de Chipre colocaram frente a frente dois importantes membros da OTAN – Turquia e Grécia –, criando inúmeras possibilidades de uma guerra entre 1963 e 1974. A crise constitucional de 1963-64, a invasão turca em 1974, o deslocamento de cerca de 180 mil cipriotas gregos que habitavam o norte da ilha, e a eventual declaração de independência da República Turca do Norte do Chipre em 1983, formam o cerne da questão que, até hoje, compromete as relações – e as negociações de acesso – entre Turquia e União Europeia, e mantém estremecidas as relações entre Turquia e Grécia.

A partir de então, a Turquia passou a desconfiar de suas relações com o bloco ocidental. A crise do petróleo, em 1973, e o embargo de armas imposto pelo presidente Richard Nixon, em 1974, fizeram com que as elites turcas questionassem o monocentrismo da sua política externa e contemplassem a necessidade de uma política mais independente (SÖZEN, 2006). Assim, como consequência do esfriamento nas relações entre Turquia e EUA, a Turquia lançou esforços deliberados para diversificar seus parceiros, se aproximando da URSS – cujas relações com a Turquia haviam se normalizado em 1965 através da visita do presidente soviético Nikilay Podgorny à Turquia –, União Europeia e do Oriente Médio.

Além disso, a diversificação nas relações exteriores da Turquia teve outros causadores como, por exemplo, a Guerra do Vietnã (que desviou a atenção do continente europeu para a periferia do Sistema Internacional), o enfraquecimento da OTAN ocasionado pela retirada do governo francês de Charles de Gaulle, e as ameaças de uma guerra nuclear após a crise dos Mísseis, em Cuba.

Contudo, os eventos do final da década de 1970 – a invasão soviética no Afeganistão e a Revolução Iraniana, ambas em 1979, por exemplo – fizeram com que a Turquia voltasse novamente para a esfera de influência americana, com o objetivo renovado de conter o avanço soviético. A cooperação com os Estados Unidos se intensificou então na década de 80, e mais uma vez a Turquia serviu como ponto fundamental para conter o avanço soviético e fazer uma ligação entre os Estados Unidos e os acontecimentos que estavam se desenvolvendo em seus países vizinhos.

Domesticamente, a Turquia foi afetada por inúmeras mudanças que acabaram refletindo na formulação e na execução de sua política externa. A constituição de 1961, legado do governo militar (1960-61), introduziu novas liberdades no país, estimulando o debate público sobre a política externa. Além disso, a saúde econômica e a política externa estavam muito relacionadas durante os anos da Guerra Fria, pois a ajuda financeira que a Turquia recebia e seus laços comerciais estavam condicionados ao nível de alinhamento entre o país e os Estados Unidos. Como descrito anteriormente, o período observou certo distanciamento entre a Turquia e o bloco ocidental, e entre 1977 e 1980 a Turquia estava se dirigindo para um colapso econômico e político, ocasionado também por governos instáveis e pela ascensão da violência política no país, bem como notáveis níveis de inflação e déficits na balança de pagamentos (SÖZEN, 2006). Essas condições levaram a um golpe de Estado em 12 de setembro de 1980, que refletiu no esfriamento das negociações de acesso com a União Europeia, fazendo com que o “Ocidente” não fosse mais visto pela política externa da Turquia

como um bloco homogêneo e unificado. As relações entre a Turquia e o bloco europeu foram agravadas quando a União Europeia rejeitou, em 1989, o pedido de associação feito pela Turquia em 1987, ao perceber que a União Europeia havia passado a almejar mais do que a integração econômica. As relações da Turquia também foram estremecidas com dois de seus vizinhos, Iraque e Síria, principalmente como consequência da Questão Curda, que emergiu na forma de luta armada na região a partir de 1984.

Nota-se, dessa forma, que apesar das alterações na linha de formulação da política externa turca, durante a Guerra Fria houve poucas rupturas no sentido de mudanças em alianças e parcerias militares. Como afirma ÇELIK (1999:xiv),

o mito da política externa turca antes de 1989 era de que os compromissos internacionais do país determinavam a sua política econômica, bem como a sua política externa, independente do partido ou facção que exercia as funções no governo” (tradução da autora)<sup>18</sup>.

Assim, podemos dizer que, durante a Guerra Fria, a Turquia se tornou uma peça fundamental na estratégia ocidental para conter o avanço soviético, servindo de país tampão entre a URSS e as reservas energéticas do Golfo Pérsico.

### **1.3. 1990 – 2010: Pós-Guerra Fria**

Como afirma VIZENTINI (2009:3),

“o declínio e, finalmente, a desintegração da URSS puseram fim à Guerra Fria e ao sistema bipolar, abrindo uma nova era de incertezas na construção de uma nova ordem mundial, numa conjuntura marcada pelo acirramento da competição econômico-tecnológica mundial”.

Assim, o final da Guerra Fria e a consequente mudança de paradigma a nível sistêmico apresentaram a Turquia com grandes oportunidades, mas também com grandes desafios. Após 1990, a Turquia expandiu os horizontes de sua política externa. Em outras palavras, o campo de manobras da política externa turca, em termos de geografia, número de questões a serem abordadas, e ferramentas para isso, foi dramaticamente expandido (SÖZEN, 2006).

A queda do muro de Berlim e a desintegração da URSS causaram enormes impactos na percepção da Turquia sobre si mesma, e levaram a uma busca por novas estratégias. O fim da Guerra Fria reduziu significativamente as ameaças globais, gerando temores acerca da importância estratégica da Turquia, que poderia ser eliminada por conta da inexistência de ameaças imediatas. De fato, os EUA desmantelaram algumas bases na Turquia após a queda da URSS, porém os temores foram colocados de lado quando a Turquia foi identificada como um Estado pivotal entre os Bálcãs, o Oriente Médio e o Cáspio (BAĞCI, 2009), com capacidade de promover a estabilidade e aumentar a influência do Ocidente nestas regiões. Sobre o papel da Turquia no complexo de segurança Euro-Atlântico, ORAN (in BAĞCI, 2009:5) afirma que “enquanto a Turquia era um país-flanco durante a Guerra Fria, se transformou, na década de 1990, em um país-frente para conter

---

<sup>18</sup> The myth of Turkish foreign policy prior to 1989 was that Turkey's international commitments determined its economic policy as well as its foreign policy no matter which party or faction held office in government.

novas ameaças como migração, terrorismo e instabilidades” (tradução da autora)<sup>19</sup>. Além disso, Javier SOLANA (1996:17), então Secretário-Geral da OTAN, expressou em 1996 que “em um mundo de rápidas mudanças, a parceria da Turquia para a Aliança é mais vital do que nunca” (tradução da autora)<sup>20</sup>.

Em meio a um cenário internacional incerto – devido às constantes transformações observadas no período – e cerceada por problemas domésticos, a Turquia não conseguiu se aproveitar de todas as oportunidades apresentadas pelo pós-Guerra Fria. Ao contrário, seguiu seus princípios tradicionais na formulação da política externa, observando a continuidade e a manutenção do *status quo* em suas relações bilaterais.

O aspecto mais relevante da política doméstica e externa turca na década de 1990 foi o nacionalismo curdo, responsável pelo estremecimento das relações turcas com alguns de seus vizinhos. Na Turquia, os curdos se localizam na região montanhosa do sudeste, onde o país faz divisa com o Iraque e a Síria. Com cerca de 14.004.000<sup>21</sup> cidadãos de etnia curda em seu território (18% da população), a Turquia teme que a criação de um Estado Curdo no Iraque ou na Síria estimule um movimento separatista dentro do território turco. Além disso, a ameaça curda é representada principalmente pelo PKK (*Partiya Karkerên Kurdistan* – Partido dos Trabalhadores do Curdistão), partido fundado por Abdullah Öcalan em 1974 que se transformou em grupo insurgente, e pegou em armas pela independência de um Estado Curdo dez anos depois. Estima-se que, entre 1984 e 2010, mais de 40.000 pessoas morreram em decorrência dos ataques curdos. A prisão de Öcalan, em 1999, ocasionou um cessar-fogo e a retirada dos rebeldes curdos do território turco até junho de 2004, e desde então a presença de rebeldes curdos na região montanhosa de fronteira entre Iraque e Turquia é uma questão perturbadora e ameaçadora nas relações entre os dois países.

A interação entre política doméstica e externa também aumentou neste período em decorrência das negociações de acesso da União Europeia. As questões ligadas às relações Turquia-União Europeia não são puramente externas, uma vez que os critérios de adesão exigem transformações significativas em instituições domésticas, políticas, legislativas, etc.

Aos poucos, a Turquia passou a aproveitar as transformações legadas com o fim da Guerra Fria para promover uma política externa mais assertiva. A independência e o ativismo das relações bilaterais da Turquia podem ser observados através de inúmeros exemplos como, por exemplo, a sua participação em missões de paz da ONU (na Somália, na Bósnia, no Kosovo, na Albânia e no Afeganistão), bem como sua participação em iniciativas regionais como a Organização de Cooperação Econômica do Mar Negro, por exemplo.

---

<sup>19</sup> While Turkey was a flank country during the Cold War, in the new era it becomes a “front country” to counter new threats such as migration, terrorism and instability.

<sup>20</sup> In a world of rapid change, Turkey’s partnership in the Alliance is more vital than ever.

<sup>21</sup> Os curdos na Turquia compreendem 55% da população total de curdos no mundo. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tu.html>. Último acesso: 30/10/2010.

### 1.3.1. Estados Unidos da América

As relações entre Turquia e Estados Unidos têm passado por pontos altos e baixos nos últimos anos. Desde o final da Guerra Fria, este relacionamento é questionado em ambos os países, pois a aliança perdeu sua *rationale* do período da Guerra Fria – a saber, a contenção da ameaça soviética.

Muitas das atuais dificuldades de relacionamento entre os dois países têm suas origens na Guerra do Golfo, de 1991 (RABASA & LARRABEE, 2008). A Turquia foi de importância fundamental aos Estados Unidos nesta guerra, abrindo sua base de Incirlik – que não era usada para uma operação “não-OTAN” desde 1958 – para o abastecimento das tropas americanas (ALTUNISIK & TÜR, 2005; TURAN, 2008). Como afirma Ian LESSER (2006:82), para muitos turcos a Guerra do Golfo é “o momento onde os problemas começaram” (tradução da autora)<sup>22</sup>, visto que uma das consequências da guerra foi a criação de uma entidade curda *de facto* na fronteira sul da Turquia, exacerbando as preocupações turcas de que um Estado Curdo independente poderia um dia vir a ser criado na região.

Com a retomada dos ataques terroristas promovidos pelo PKK contra alvos turcos a partir de santuários no norte do Iraque, Ancara repetidamente pediu assistência aos EUA para eliminar a ameaça. Entretanto, as forças americanas no Iraque se recusaram a tomar uma ação contra os terroristas curdos ou dar o aval para que as forças militares turcas o fizessem, temendo que tais ações pudessem desestabilizar o norte do Iraque, que é relativamente estável se comparado com a situação no resto do país, e assim abrir um novo front de conflitos no país.

Em 2007, o Parlamento turco autorizou operações militares contra a região, e em seguida o discurso americano mudou, de forma que os EUA passaram a fornecer inteligência às incursões turcas contra alvos curdos no norte do Iraque.

A relutância inicial dos EUA em tomar uma atitude militar contra o PKK desencadeou uma série de atritos com a Turquia e contribuiu para o crescimento do sentimento anti-EUA entre os turcos, bem como a insistência norte-americana em aprovar uma resolução caracterizando a tragédia que acometeu a população armênia entre 1915-18 como genocídio – uma definição rejeitada pelos turcos. Dentre os países europeus, a Turquia apresentou em 2006 a menor taxa de aprovação da política externa liderada pelo então presidente Bush, com somente 7% de aprovação e 81% de reprovação. Além disso, 56% dos turcos classificaram as lideranças americanas como “indesejáveis”, representando a maior rejeição à administração Bush dentro do continente europeu<sup>23</sup>.

Entretanto, o mais sério teste para as relações diplomáticas entre Turquia e EUA nos anos 2000 foi indiscutivelmente a invasão americana ao Iraque. A liderança turca se opôs fortemente à invasão, temendo que isso pudesse resultar em mais instabilidade em suas fronteiras, e por isso houve resistência por parte do governo turco em reconhecer a guerra e posicionar-se ao lado dos EUA. Na época, a rejeição pública à guerra e à participação turca nos conflitos chegou a alcançar 90% (ALTUNISIK & TÜR, 2005:118). A rejeição do Parlamento, em março de 2003, em autorizar a passagem de cerca de 60 mil tropas americanas pelo território turco estremeceu a relação entre os

---

<sup>22</sup> The place where the trouble started.

<sup>23</sup> Ver Transatlantic Trends: Key Findings 2006, Washington, D.C.: German Marshall Fund of the United States, 2006:19.

dois países, fazendo com que os EUA revissem sua estratégia. Entretanto, mais tarde no mesmo mês, o Parlamento cedeu às pressões ocidentais e permitiu o uso do espaço aéreo turco por aviões norte-americanos (TURAN, 2008).

Ademais, a Turquia é um importante membro da OTAN, com o segundo maior exército da Aliança, exercendo um papel central e crucial na guerra contra o terrorismo – principalmente no Afeganistão. Sem a ajuda turca, a guerra contra o terrorismo no Oriente Médio e na Ásia Central ficaria seriamente ameaçada, se não inviabilizada, para os EUA. A Turquia foi o primeiro país islâmico a apoiar a guerra no Afeganistão, e mais uma vez sua localização foi fundamental para a estratégia norte-americana. Assim como na Guerra do Golfo, a base de Incirlik foi cedida para o abastecimento das tropas da OTAN.

As tropas turcas no Afeganistão, que representam 1,4% do total de tropas servindo na Força Internacional de Assistência para Segurança (ISAF)<sup>24</sup>, não estão envolvidas com operações de combate – condição exigida pelo governo turco para enviar seus soldados ao país. A Turquia se considera um país amigo do Afeganistão, e a proximidade cultural, étnica e religiosa dá à Turquia vantagens exclusivas dentro da OTAN. Nenhum outro país pode fazer o papel turco na região, especialmente na área política<sup>25</sup>: somente a Turquia, entre os membros da OTAN, tem o *soft power* necessário para facilitar o estabelecimento da ordem e da estabilidade no Afeganistão<sup>26</sup>. Em relação ao Paquistão, a Turquia também é o melhor enviado que o ocidente poderia encontrar para engajar o governo paquistanês em negociações – especialmente no que tange a necessidade de se transformarem os velhos hábitos paquistaneses de usar a ideologia islâmica e lealdade a milícias, tais como o Talibã, para exercer influência dentro do Afeganistão.

### 1.3.2. União Europeia

Durante a década de 1990, a aproximação da Turquia com a Europa – especialmente a negociação de acesso à União Europeia – foi um dos pilares centrais da política externa turca (RABASA & LARRABEE, 2008). Este relacionamento, porém, não é recente.

As relações entre a União Europeia e a Turquia remontam de longa data: em 1963, a Turquia e a CEE entraram em um acordo de associação que fazia menção a uma possível adesão. O pedido para associação total em 1987 – bastante prematuro, visto que as relações entre a Turquia e o bloco estavam estremecidas pelo golpe militar turco de 1980, e que acabou sendo negado em 1989 (SÖZEN, 2006) –, e a conclusão da união alfandegária no final de 1995, assegurando livre acesso ao mercado comum europeu, representaram marcos importantes no curso da integração total com a União Europeia. Em Helsinque, em dezembro de 1999, o Conselho Europeu decidiu dar à Turquia o status oficial de candidato, e quando o AKP chegou ao poder em 2002 proclamou sua intenção de se integrar à União Europeia, assim como os governos predecessores. O AKP passou inúmeras

---

<sup>24</sup> A ISAF é uma missão da OTAN no Afeganistão estabelecida pela Resolução 1386 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em dezembro de 2001. Mais informações em <http://www.isaf.nato.int/troop-numbers-and-contributions/turkey/index.php>. Último acesso: 30/10/2010.

<sup>25</sup> Ver <http://www.todayszaman.com/tz-web/news-199796-102-turkeys-role-in-afghanistan-unique-nato-spokesman-says.html>. Último acesso: 10/11/2010.

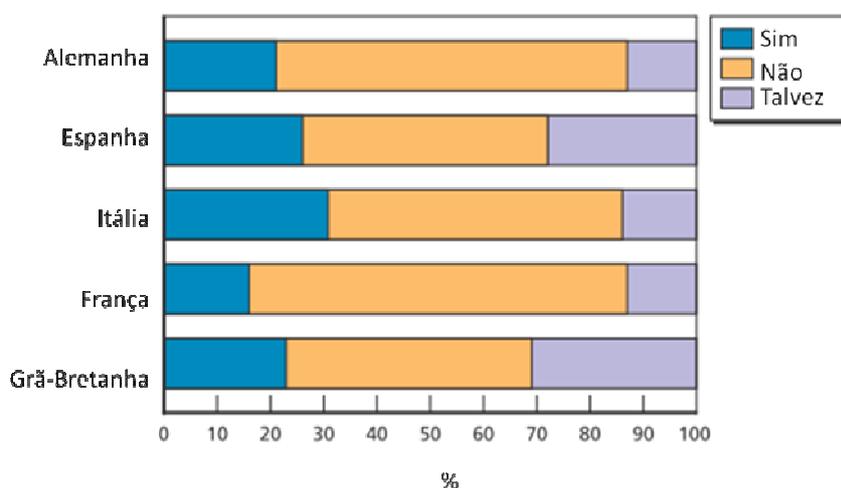
<sup>26</sup> Ver: <http://www.csmonitor.com/Commentary/Opinion/2010/0209/How-Turkey-can-help-NATO-in-Afghanistan>. Último acesso: 10/11/2010.

reformas internas – o suficiente para gerar confiança entre líderes europeus e dar início às negociações de acesso. Em uma comunicação oficial em outubro de 2004, a Comissão Europeia notificou que a Turquia havia completado suficientemente os critérios políticos de Copenhague<sup>27</sup>, e recomendou a abertura das negociações de acesso da Turquia à União Europeia, que formalmente começaram em 2005 (RABASA & LARRABEE, 2008).

Entretanto, desde então, as relações entre a Turquia e o bloco visivelmente esfriaram. Vários fatores causaram essa mudança como, por exemplo, o *slowdown* no processo de reformas internas na Turquia e o aparente desinteresse pela União Europeia dentro do AKP. Ao mesmo tempo, o apoio popular dentro da Europa para um futuro alargamento – e especialmente para a adesão turca – declinou significativamente desde os referendos francês e alemão em 2005 (Figura 1).

Grande parte da oposição à adesão turca é baseada em fatores religiosos e culturais – uma ideia de que a Turquia não é culturalmente parte da Europa, refletindo também a preocupação popular sobre o impacto de grandes ondas de imigrantes muçulmanos na estabilidade social. Além disso, um ponto comumente levantado é que, ao integrar a União Europeia, a Turquia seria o Estado-membro mais populoso, com cerca de 71 milhões de habitantes, além de ser o único membro islâmico do bloco. Ainda, a resolução da questão envolvendo o Chipre é um ponto essencial no processo de adesão da Turquia – enquanto que o governo cipriota demanda o reconhecimento oficial por parte da Turquia e a abertura de portos e aeroportos turcos, a Turquia exige o fim do isolamento e o reconhecimento do governo turco no norte da ilha.

**Figura 1.** Pesquisa de opinião entre cidadãos europeus com a seguinte pergunta: a Turquia deve integrar a União Europeia?



Fonte: RABASA & LARRABEE, 2008.

Outros obstáculos à candidatura turca são a sublevação da política interna, na medida em que o estabelecimento secular e líderes militares lutam contra o AKP (partido de origens islâmicas, acusado de conspirações políticas e de possuir uma agenda islâmica oculta); bem como a crise

<sup>27</sup> Os critérios de acesso, ou Critérios de Copenhague, são as condições essenciais que todos os candidatos devem preencher para se tornar um Estado-membro.

econômica iniciada em 2008, fazendo com que o crescente desemprego e endividamento da Europa desestimulassem a entrada de novos membros e de novos imigrantes (THE ECONOMIST, 2010a).

A atitude negativa para a adesão turca é compatível com o crescente descontentamento da Turquia com a União Europeia. Como consequência da grande oposição dentro da União Europeia, o apoio público na Turquia para a adesão ao bloco declinou visivelmente nos últimos anos. Enquanto que em 2004, 73% da população turca apoiava a adesão, a porcentagem caiu para 54% em 2006 e 40% em 2007 (BARDAKÇI, 2007). A pesquisa de opinião do *Eurobarometer* apresenta resultados similares: em 2004, 73% dos turcos afirmaram que integrar a União Europeia seria um fato positivo; em 2010 somente 38% o fizeram (THE ECONOMIST, 2010a).

Paradoxalmente, à medida que a Turquia aumenta seu poder econômico, sua influência internacional e sua capacidade militar, afirmando-se como potência regional e destacado centro de distribuição energética, mais os membros da União Europeia demonstram hostilidade à adesão turca. Como será visto a seguir, se por um lado a Turquia se afasta cada vez mais do alinhamento que manteve com o Ocidente, por outro lado o país cresce em importância e se afirma como parceiro fundamental para a União Europeia. O posicionamento do governo turco em relação à adesão no bloco, de que “a cada dia que passa a Europa precisa mais da Turquia e a Turquia precisa menos da Europa” (THE ECONOMIST, 2010a)<sup>28</sup>, é consequência das políticas turcas, formuladas para tornar o país mais valioso e atrativo para o bloco europeu.

A tentativa europeia de diminuir a dependência energética da Rússia através de relações com os países do Cáucaso e da Ásia Central, por exemplo, pode fazer com que a Turquia se torne a ponte crucial para ligar a União Europeia às regiões produtoras de petróleo. Ainda, a parceria estratégica com a Turquia é crucial para a União Europeia devido a sua proximidade geográfica e sua grande participação no comércio europeu. Mais importante, a Turquia tem papel fundamental na manutenção da estabilidade regional e no combate de ameaças recentes – como o contrabando, o crime organizado ou o terrorismo (BAĞCI, 2009).

### 1.3.3. Rússia

Durante a Guerra Fria, as relações entre Ancara e Moscou estavam estremecidas e distantes<sup>29</sup>. A Turquia não só era aliada do bloco ocidental, como também temia – e barrava – o expansionismo soviético que tentava chegar ao Oriente Médio e ao Mediterrâneo, além de sofrer com o apoio soviético ao PKK (ALTUNISIK & TÜR, 2005). Ao fim da Guerra Fria, entretanto, os laços entre os dois países foram visivelmente aprimorados, especialmente na questão econômica.

Atualmente, a Rússia é principal destino dos produtos turcos – com 19 bilhões de dólares importados em 2009 – sendo também o segundo maior parceiro comercial da Turquia. Além disso, a energia tem sido um importante aspecto das relações entre os dois países: a Turquia importa da Rússia 65% do gás natural e 20% do petróleo que consome, fazendo do país seu principal fornecedor

---

<sup>28</sup> Every day that passes Europe needs Turkey more and Turkey needs Europe less.

<sup>29</sup> Entretanto, antes dos desentendimentos entre a URSS e a Turquia ocasionados por demandas territoriais de Stalin, no pós-Segunda Guerra, que ocasionaram a entrada da Turquia na OTAN, os dois países mantiveram relações cordiais ao longo de décadas, antecedendo até mesmo o estabelecimento dos dois Estados. Por exemplo, em 1920, Turquia e a URSS assinaram o Tratado de Moscou (tratado de não-agressão que permaneceu em efeito até ser rompido unilateralmente por Stalin em 1945), e anos mais tarde a União Soviética foi o primeiro país a reconhecer a Turquia como um país independente.

energético (RABASA & LARRABEE, 2008). KINIKLIOĞLU e MORKVA (2008) afirmam que “o verdadeiro motor por trás do aprofundamento das relações turco-russas é a dimensão crescente do comércio” (tradução da autora)<sup>30</sup>. É importante notar que, em meio ao expressivo fluxo comercial entre os dois países, a Turquia importa da Rússia helicópteros, armas e veículos blindados – sendo, assim, o primeiro membro da OTAN a comprar armamentos russos (WINROW, 1997).

A reaproximação com a Rússia começou ainda no final da Guerra Fria, mas foi acelerada pelo novo governo turco em 2002. Em visitas oficiais, o primeiro-ministro turco Erdoğan e o então Presidente Vladimir Putin assinaram uma declaração conjunta para “aprofundar a amizade e a parceria multi-dimensional<sup>31</sup>” entre os dois governos. Este acordo, que deu origem a inúmeras outras parcerias, faz referência a uma ampla gama de interesses comuns e fortalece a confiança mútua desenvolvida entre os dois países nos anos recentes. Desde então, as relações bilaterais a nível político, econômico e militar entre Ancara e Moscou se intensificaram.

Em termos geopolíticos, a Rússia e a Turquia são rivais históricos. O Império Otomano e a Rússia Czarista competiram pela supremacia regional por décadas, e durante a Guerra Fria Rússia e Turquia estiveram em blocos econômica e ideologicamente opostos. Atualmente, os dois países são rivais na busca por influência na Ásia Central e no Cáucaso, onde a Rússia ambiciona reconquistar o espaço perdido ao longo dos anos; competem pela configuração e distribuição de rotas energéticas na região do Cáspio; e divergem a respeito de conflitos históricos na região. Além desses motivos, uma aliança estratégica entre a Rússia e a Turquia exigiria um corte dos laços turcos com a Europa – que responde por mais de 50% das trocas comerciais turcas – e com os EUA – que, apesar das diferenças e atritos, permanece como o mais importante aliado e parceiro securitário da Turquia (RABASA & LARRABEE, 2008, BAĞCI, 2009).

Apesar destes fatores, os dois países têm, mutuamente, uma importância estratégica muito grande. Além da aproximação crescente relatada acima, um bom relacionamento com a Turquia é fundamental para a Rússia, dada a sua excelente localização geopolítica (KAMEL, 2004). Ainda, de acordo com KINIKLIOĞLU e MORKVA (2007), a política externa turca está buscando a normalização das relações com a Rússia, pois, assim como os russos, considera fundamental a estabilidade no Cáucaso, Oriente Médio e Ásia Central. Recentes desenvolvimentos na região ajudaram a intensificação das relações entre Rússia e Turquia, como a invasão norte-americana do Iraque e a luta contra o terrorismo. Assim, além das motivações defensivas contra a instabilidade em suas regiões vizinhas, KINIKLIOĞLU e MORKVA (2008) afirmam que as relações entre os dois países são também defensivas “contra uma Europa que parece querer excluir as duas potências regionais” (tradução da autora)<sup>32</sup>.

Em síntese, a relação entre os dois países é bastante complexa, pois envolve uma grande parceria comercial, ao mesmo tempo em que apresenta atritos na área de segurança. O foco dos dois países, na prática, é o mesmo: a Rússia preocupa-se em manter a sua esfera de influência sobre as ex-repúblicas soviéticas, enquanto a Turquia tenta expandir sua ação sobre elas.

---

<sup>30</sup> The true engine behind the deepening of Turkish-Russian relations is the growing trade dimension.

<sup>31</sup> Deepening of Friendship and Multi-Dimensional Partnership.

<sup>32</sup> (...) defensive regarding the shaping of a new Europe that appears to exclude the two regional powers.

#### 1.4. A Profundidade Estratégica de Davutoğlu: política externa sob o governo AKP

Em novembro de 2002, as eleições turcas deram a vitória ao Partido da Justiça e do Desenvolvimento, o primeiro partido político desde 1987 a assegurar uma maioria (34,4%) no Parlamento e que, após 12 anos (1991-2003) chegou ao poder como partido único, e não por coalizões governamentais (TURAN, 2008). O AKP foi fundado em 2001 por Recep Tayyip Erdoğan – o atual primeiro-ministro da Turquia – juntamente com outros membros dissidentes do extinto Partido do Bem-Estar (*Refah Partisi* – RP), e sua principal proposta de campanha para chegar ao poder em 2002 era a prioridade que se daria à entrada da Turquia na União Europeia.

A política externa turca sob o governo AKP está intimamente associada com o que Ahmet Davutoğlu – conselheiro chefe para assuntos internacionais do primeiro-ministro Erdoğan desde 2002, até ser apontado como Ministro das Relações Exteriores da Turquia em 2009 – chama de Profundidade Estratégica. Como pesquisador e acadêmico, Davutoğlu argumenta que nos últimos anos a política externa da Turquia esteve desequilibrada, dando muita ênfase aos laços com o Ocidente e com a União Europeia, e alienando o país do mundo árabe e islâmico (BANGIO, 2010).

Davutoğlu deixou sua doutrina registrada em diversas publicações ao longo dos anos, dando destaque para a necessidade de se adotar objetivos claros e bem definidos para a política externa turca, lançando mão de sua geopolítica privilegiada e de sua herança cultural. Davutoğlu também defende a necessidade de conduzir uma política externa mais ativa. Segundo ele, após o fim da Guerra Fria a Turquia emergiu como um “país-ponte” e, devido a sua posição geopolítica, tem “a capacidade de manobrar em diversas regiões simultaneamente e controlar áreas de influência em seus vizinhos diretos” (DAVUTOĞLU, 2008:78) (tradução da autora)<sup>33</sup>.

Para o AKP, a Turquia deve redefinir o papel de sua geopolítica na formulação da política externa, pois sua localização não deve ser vista apenas como uma estratégia para defender fronteiras e manter o *status quo*. Ao invés disso, deveria usar sua geopolítica como uma ferramenta para transformar eficiência regional em eficiência global (BACGI, 2009:5). DAVUTOĞLU (2008:79) afirma que a Turquia deve conquistar uma nova posição, capaz de prover segurança para si e para seus vizinhos, e que “deve garantir sua própria segurança e estabilidade através de um papel mais ativo e construtivo, provendo ordem, estabilidade e segurança para seus vizinhos” (tradução da autora)<sup>34</sup>.

Embora a geopolítica ainda permaneça como elemento chave no pensamento estratégico de Davutoğlu, suas idéias são complementadas por elementos liberais, tais como *soft power*<sup>35</sup>, resolução de conflitos e promoção de soluções *win-win*. Dessa forma, ao invés de deixar outros países usarem a Turquia para promover seu papel estratégico regional ou global, a Turquia deve desenvolver uma política proativa de acordo com sua profundidade histórica e geográfica que, por

<sup>33</sup> The capability of maneuvering in several regions simultaneously and controls an area of influence in its immediate environs.

<sup>34</sup> Should guarantee its own security and stability by taking a more active, constructive role to provide order, stability and security in its environs.

<sup>35</sup> Kemalism and its most important advocate, the army, have come under attack. The marginalization of the army in both domestic and foreign policies is actually the result of a kind of vendetta to pay the army back for its quiet coup in the mid-1990s against Necmettin Erbakan and his Refah party (BENGIO, 2010:15).

sua vez, é amplificada pelo seu legado otomano. Para alcançar este objetivo, a Turquia precisa capitalizar seu potencial de *soft power*, deixando de lado sua imagem militarista, promovendo a resolução de conflitos pelo diálogo e a cooperação econômica e regional, reduzindo assim a necessidade de intervenção regional de grandes potências (DAVUTOĞLU, 2001).

De acordo com DAVUTOĞLU (2009:12),

a Turquia goza de múltiplas identidades regionais e assim tem a capacidade, bem como a responsabilidade, de buscar uma política externa integrada e multidimensional. A combinação única da nossa [turca] história e geografia trás consigo um senso de responsabilidade. Contribuir ativamente para a resolução dos conflitos e para a paz internacional nestas regiões é um dever originado na história multidimensional da Turquia (tradução da autora)<sup>36</sup>

Assim, a Turquia não deveria se contentar com papéis regionais nos Bálcãs ou no Oriente Médio, uma vez que não é um país regional – e sim um país central. Dessa forma, a Turquia deveria aspirar a ter um papel de liderança em diversas regiões, conferindo-lhe significância estratégica global. Na visão de Davutoğlu, a Turquia pertence ao Oriente Médio, aos Bálcãs, ao Cáucaso, à Ásia Central, ao Cáspio, ao Mediterrâneo, etc., com capacidade para exercer influência em todas essas regiões e requisitar um papel estratégico global (GREGORIADIS, 2010).

Davutoğlu estabeleceu cinco princípios (DAVUTOĞLU, 2008) que devem pautar a formulação e implementação da política externa na Turquia. São princípios um tanto quanto inovadores quando comparados às antigas diretrizes do *foreign policy making* na Turquia. São eles: (1) Balanço entre segurança doméstica e democracia, condição *sine qua non* para que se possa exercer influência sobre os países vizinhos<sup>37</sup>; (2) Política de *zero problem toward Turkey's neighbors*, mantendo boas relações com os países da região para fortalecer o papel regional da Turquia – e, em seguida, o papel global; (3) Bom relacionamento com as grandes potências e potências ascendentes, buscando estender seu alcance diplomático para além das regiões que a cercam; (4) Relações Multilaterais, enfatizando a natureza complementar, e não competitiva, das relações da Turquia com diferentes complexos regionais<sup>38</sup>; e (5) Diplomacia ativa (participação em organizações e encontros internacionais e manifestação a respeito de questões da agenda internacional).

Atualmente, o impacto da doutrina de Davutoğlu é evidente em inúmeras iniciativas que o governo AKP tomou nos campos doméstico e internacional. A nova política turca em relação ao Oriente Médio é exemplo claro disso, assim como a eleição da Turquia para o Conselho de Segurança das Nações Unidas para o período 2009-10 – cerca de 50 anos depois de sua última participação no Conselho.

---

<sup>36</sup> Turkey enjoys multiple regional identities and thus has the capability as well as the responsibility to follow an integrated and multidimensional foreign policy. The unique combination of our history and geography brings with it a sense of responsibility. To contribute actively towards conflict resolution and international peace and security in all these areas is a call of duty arising from the depths of a multidimensional history for Turkey.

<sup>37</sup> TILLY (2007) afirma que nenhuma democracia tem condições de funcionar se o Estado perde capacidade de supervisionar o processo democrático de tomada de decisões e de colocar seus resultados em prática. A baixa capacidade do Estado inibe a democracia.

<sup>38</sup> “Such a policy views Turkey’s strategic relations with the United States through the two countries’ bilateral ties and through NATO, and considers its membership process to the EU, its good neighborhood policy with Russia, and its synchronization policy in Eurasia as integral parts of a consistent policy that serves to complete each other” (DAVUTOĞLU, 2008:82).

## CAPÍTULO II

### RELAÇÕES REGIONAIS DA TURQUIA: ÁSIA CENTRAL, CÁUCASO E ORIENTE MÉDIO

No capítulo anterior fizemos uma recapitulação analítica e histórica da política externa da Turquia, desde a sua fundação até os dias de hoje, bem como um detalhamento das relações do país com seus principais parceiros a nível econômico, político e militar. Além disso, vimos que a principal crítica que o governo AKP faz sobre a política externa turca desde o final da Guerra Fria tem relação com o esquecimento das regiões que cercam a Turquia, incluindo muitos países que uma vez fizeram parte do Império Otomano.

Tendo em vista os novos princípios da política externa da Turquia e a completa mudança na situação turca após a queda da URSS – de um posto ocidental localizado na cortina de ferro o país, de repente, passou a dividir fronteiras com Estados que não existiam anos antes e ainda pertenciam ao seu grupo lingüístico (GÜLZEDERE, 2009) –, a Turquia passou a se aproximar das regiões que a cercam em busca de maior influência. Para ganhar um espaço maior nas regiões vizinhas, a Turquia desenvolveu uma política externa ativa e estreitou seus laços econômicos, políticos, sociais e culturais com os povos da região (BAGCI, 2009).

Assim, neste capítulo serão analisadas as interações entre a Turquia e as regiões onde melhor se verificam as mudanças e a reorientação da política externa da Turquia: a Ásia Central, o Cáucaso e o Oriente Médio<sup>39</sup>. Estas três regiões foram escolhidas pois são, além da Europa, as localidades que receberam mais atenção dos formuladores da política externa turca desde o final da Guerra Fria.

A aproximação da Turquia com os países da Ásia Central, do Cáucaso e do Oriente Médio provocou uma reação positiva nos governos envolvidos – porém gerou inúmeras preocupações nos outros atores que buscam conquistar ou manter um espaço influente nestas regiões, como por exemplo Rússia, China e Irã –, embora a Turquia esteja longe de completar seus objetivos. Como afirma SÖZEN (2006:11),

“nos primeiros anos após o colapso da União Soviética a Turquia estava disposta a se tornar o líder não-oficial, uma espécie de *big brother*, dos Estados túrquicos da Ásia Central e do Cáucaso. Entretanto, o entusiasmo inicial em exercer influência sobre essas regiões se mostrou irrealista. A partir de então, as relações da Turquia com essas regiões passaram a se basear em plataformas mais sóbrias e realistas” (tradução da autora)<sup>40</sup>.

A aproximação da Turquia com estas regiões é de fundamental importância para a estabilidade e segurança mundiais, por se tratarem de importantes zonas de conflitos intra e interestatais, além de serem a maior fonte de hidrocarbonetos do mundo (HALE, 2009). Assim, antes de discutir quais os propósitos, objetivos das políticas de integração da Turquia, vamos analisar o

---

<sup>39</sup> Um mapa das regiões trabalhadas encontra-se nos Anexos.

<sup>40</sup> In the first few years after the collapse of the Soviet Union Turkey set out to become the unofficial leader, sort of the big brother, of the Turkic states in Central Asia and the Caucasus. However, the original excitement about these regions falling under Turkish sphere of influence was proved unrealistic. Later Turkey's relations with this region came to sit on a more sober and realistic platform.

relacionamento da Turquia com os países da Ásia Central, do Cáucaso e do Oriente Médio, e como se deu a aproximação regional nos últimos anos.

## 2.1. Relações com a Ásia Central<sup>41</sup>

Desde a queda da União Soviética, foram observadas diversas fases e níveis de relacionamento entre a Turquia e as repúblicas da Ásia Central. Imediatamente após o colapso do bloco comunista, a Turquia tentou aproveitar a vantagem da criação de cinco novos Estados na Ásia Central e buscou aproximar seus laços com Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão. Quatro destes novos Estados – exceto o Tadjiquistão, que tem origem persa – são considerados povos *túrcicos*, com a mesma origem étnica, cultural e lingüística que a Turquia, e por isso foram propostas políticas com bases culturais, explorando os laços em comum entre os países (CORNELL, 2003; LARUELLE, 2008).

Apesar disso, logo percebeu-se que essa aproximação não seria tão simples, pois a Rússia não havia abandonado suas ambições estratégicas nessas regiões, e a economia turca estava fortemente orientada para a Europa, portanto sem condições de dar suporte ao processo de reforma econômica pelo qual estes países estavam passando. Além disso, discrepâncias políticas foram observadas durante a década de 1990. GÜLZEDERE (2009:15) afirma que, “sedentos pela independência, os países da Ásia Central não queriam ser ‘patronizados’ e a Turquia não tinha um entendimento sobre a dinâmica do poder e as afinidades sociais nestes países” (tradução da autora)<sup>42</sup>.

Ao longo dos anos 1990, a Turquia passou a desenvolver uma política mais pragmática, concentrando seus esforços principalmente no processo de adesão à União Europeia, e no âmbito regional deu mais destaque para as suas relações securitárias com o Cáucaso. Enquanto isso, interação política e culturalmente com os Estados da Ásia Central. CORNELL (2003) afirma que, assim como Irã, que já naquela época buscava aumentar sua influência na região, a Turquia não conseguiu administrar uma posição de ator relevante na cena política da Ásia Central.

Após os eventos de 11 de setembro, em 2001, a Turquia conseguiu a oportunidade de capitalizar seu papel de país secular-islâmico aliado dos EUA. Imediatamente após os atentados, a Turquia integrou a ISAF – missão que liderou por mais de seis meses – e a *Operation Enduring Freedom* (OEF), apoiando as tropas da OTAN nas regiões povoadas por uzbeques dentro do Afeganistão, devido à proximidade cultural e linguística entre os povos. Além disso, a Turquia também elevou suas relações securitárias com o Uzbequistão, lançando programas conjuntos de treinamento anti-terrorismo com o objetivo de fortalecer as fronteiras do país, combater o tráfico, o contrabando e a circulação de terroristas na divisa do Uzbequistão com o Afeganistão (KAYA, 2001). Assim, após 2001, a Turquia iniciou uma aproximação positiva com a Ásia Central.

---

<sup>41</sup> Neste trabalho, Ásia Central consiste nas cinco ex-Repúblicas Soviéticas – Cazaquistão, Quirguistão, Tadjiquistão, Turcomenistão e Uzbequistão – seguindo a classificação utilizada por MAHAPATRA (2008).

<sup>42</sup> Eager for independence, these nations did not want to be patronized and Turkey was ill-prepared in terms of understanding power dynamics and social affinities in these countries.

Ao fornecer para os países da Ásia Central – e para o Afeganistão – um modelo de democracia secular que pode ser usado na luta contra o  *jihadismo*, a Turquia é, cada vez mais, identificada como um aliado fundamental para os EUA na região, aumentando seu valor estratégico. Para Washington, a presença turca na região é favorável, visto que se opõe aos interesses russos e iranianos na região.

Tanto motivações de *power-prestige* como interesses econômicos (abertura de novos mercados para os bens turcos e o desenvolvimento do imenso potencial energético da região, por exemplo) instigaram a Turquia a estabelecer uma “política *túrquica*”<sup>43</sup> para a região. A abordagem da Turquia se dá de duas maneiras fundamentais. Em primeiro lugar, a Turquia ajuda os países da Ásia Central a fortalecer suas independências, mantendo-se neutra em conflitos domésticos. Por exemplo, a Turquia demonstrou apoio à presidência de Roza Otunbayeva no Quirguistão – as autoridades turcas eram os únicos estrangeiros presentes na posse da nova presidente. Em segundo lugar, a Turquia busca a institucionalização de suas relações com os países da Ásia Central, propondo a criação de foros multilaterais de discussão, como por exemplo o Acordo de Comércio da Organização para Cooperação Econômica em 2003, a *Turkic Language Speaking Countries Summit* em 2009, e *Cooperation Council of Turkic Speaking States* em 2010 (DEMİRTAŞ, 2010).

No campo econômico, os principais elos de ligação entre a Turquia e a Ásia Central, além de investimentos diretos, são os projetos de exploração, transporte e distribuição energética da região para a Europa passando pela Turquia. Além de se transformar em um centro de distribuição energética vital, a Turquia é um excelente mercado consumidor para os recursos da região – especialmente os recursos do Turcomenistão, alternativa ao gás natural que a Turquia importa da Rússia. O Turcomenistão é o país com o maior número de reservas de gás natural na Ásia Central (Tabela 1), e por isso é um país-chave na estratégia da Turquia de aproximação com a região.

**Tabela 1.** Gás natural na Ásia Central

	Produção (em milhões)	Reservas (em bilhões)
Turcomenistão	72.300	2.860
Uzbequistão	62.500	1.798
Cazaquistão	16.690	1.765
Turquia	860,3	8,147
Tadjiquistão	39,32	5,432
Quirguistão	28,77	5,432

Fonte: elaborada pela autora, com dados de CIA FACTBOOK (2010)<sup>44</sup>.

Embora os países da Ásia Central tenham sido consistentemente cortejados pelas grandes potências e por países da região, principalmente após os acontecimentos na região a partir de 2001, os cinco países optaram por uma solução rígida ao criar uma complexa rede de laços econômicos e securitários com EUA, União Europeia, Rússia, China, Turquia, Índia e Irã. Assim, lançaram uma política externa balanceada para garantir as suas independências, ao mesmo tempo em que impulsionam as exportações de petróleo e gás natural. Entretanto, durante as duas últimas décadas,

<sup>43</sup> Turkic policy.

<sup>44</sup> Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>. Último acesso: 11/11/2010.

a China e, principalmente, a Rússia ganharam um relativo destaque nas relações internacionais da Ásia Central e saíram na frente na corrida pela parceria privilegiada com a região.

VIZENTINI (2007:146-147) mostra que

além de a Rússia utilizar as instalações espaciais de Baikonur, que se localizam no Cazaquistão, as jazidas de gás e petróleo, bem como os trajetos dos oleodutos e gasodutos, têm sido disputadas pelas grandes potências, especialmente Rússia, Estados Unidos e China. Isso gerou o chamado Novo Grande Jogo da Ásia Central, que lembra a disputa geopolítica entre os Impérios Russo e Inglês no fim do século XIX. Assim, a região é intensamente disputada, especialmente porque representa o elo eurasiático entre a Rússia (e através dela a Europa) e a China (e por seu intermédio, todo o Oriente asiático), que as potências marítimas (EUA e Grã-Bretanha) desejam impedir que se consolide.

Assim, apesar dos esforços e da nova reorientação da política externa turca em direção à Ásia Central, os países da região permanecem sob forte influência russa, fazendo com que os laços entre a Turquia e os Estados da Ásia Central nunca atingissem os níveis esperados. Isso não quer dizer, entretanto, que a Turquia não tenha um papel significativo dentro da região. Por ser uma “porta de saída” dos recursos energéticos do Cáspio que não passa pela Rússia, e pelas vantagens inerentes à proximidade geográfica, cultural, religiosa, étnica e lingüística com a região, a ajuda da Turquia pode se mostrar fundamental para a Europa e para os EUA se quiserem contrabalancear ou reduzir a presença hegemônica da Rússia na região (BORDONARO, 2007).

## 2.2. Relações com o Cáucaso<sup>45</sup>

Ao contrário do que é observado na Ásia Central, o papel político e econômico da Turquia se torna cada vez maior na região do Cáucaso, com uma participação ativa e consolidada do país na região desde o começo da década de 1990 (CORNELL, 2003). A Turquia tem laços profundos, históricos e culturais com os países do Cáucaso – que, assim como a Turquia, se localizam na intersecção entre o Ocidente e o Oriente, e entre o Norte e o Sul, constituindo o principal corredor de ligação entre Ásia e Europa.

Os três países caucasianos – a Armênia, o Azerbaijão e a Geórgia – ganharam suas independências após o desmantelamento da URSS, em 1991, e desde então configuram uma região estratégica e fundamental para a Turquia. Devido a fatores como a proximidade geográfica, as fontes e rotas energéticas da região, e os conflitos étnicos e territoriais, a estabilidade, paz, segurança e prosperidade do Cáucaso são fundamentais para a Turquia.

KARAOSMANOGLU (2002) destaca três principais razões para o interesse e a aproximação turca na região, além dos mencionados acima. Primeiro, o Cáucaso constitui um *gateway* para a Ásia Central – onde, como vimos, a Turquia busca o expandir sua influência. Segundo, o Cáucaso possibilita que o petróleo e gás natural do Cáspio sejam escoados diretamente para os mercados ocidentais através do território turco. O autor afirma que, em decorrência da política anti-Irã promovida pelos EUA, o Cáspio ganhou significância por constituir uma fonte energética alternativa aos recursos do Oriente Médio. Finalmente, os países do Cáucaso são de extrema importância

---

<sup>45</sup> Para este trabalho, a região do Cáucaso é definida como o bloco territorial entre a Europa Oriental e a Ásia Ocidental, cercado pelo Mar Negro e pelo Mar Cáspio, marcando a fronteira entre os dois continentes. Os países considerados caucasianos aqui são Armênia, Geórgia e Azerbaijão.

estratégica para a Turquia, pois suas localizações geográficas, suas independências e integridade territorial são indispensáveis para a segurança e estabilidade não só do Cáucaso, mas de toda a Eurásia.

No imediato pós-Guerra Fria, a Turquia não estabeleceu laços importantes ou significativos com a região (BAĞCI, 2009:8). Apesar de alguma aproximação diplomática ainda na década de 1990, guiada principalmente pelas relações militares entre os países – a Turquia ajudou a desenvolver as forças armadas do Azerbaijão, após os conflitos com a Armênia, além de estabelecer uma academia militar na Geórgia –, uma abordagem mais ativa, com a intenção de estabelecer uma cooperação regional com o Cáucaso, só foi lançada pela Turquia após 2002 (CORNELL, 2003; GÜLZEDERE, 2009).

Ademais, aspectos econômicos passaram a exercer uma importância fundamental nas relações entre a Turquia, Geórgia e Azerbaijão ao longo dos anos 2000. Os projetos para transporte de recursos energéticos que escoam a produção do Cáspio via território turco, como o oleoduto Baku–Tbilisi–Ceyhan (BTC) e o gasoduto Baku–Tbilisi–Erzurum (BTE), são os pilares centrais da cooperação energética entre os três países. Tais empreendimentos aumentam a importância da região para a Turquia, ao mesmo tempo em que a Turquia se torna um parceiro fundamental para Azerbaijão e Geórgia, gerando assim uma interdependência crescente entre os países. Esse é o motivo pelo qual a Turquia busca a estabilidade na região: não ameaçar estas importantes rotas de distribuição energética. Este objetivo ficou muito claro após os conflitos entre Geórgia e Rússia, em 2008, quando o abastecimento de gás natural via BTE foi suspenso durante dois dias por questões de segurança (GÜLZEDERE, 2009).

Após este acontecimento, a Turquia propôs a criação de uma plataforma de discussão – a *Caucasus Stability and Cooperation Platform* (CSCP) – seguindo o exemplo do *Balkan Stability Pact*, reunindo todos os países do Cáucaso para contribuir para a paz, segurança e estabilidade na região, incluindo ainda um mecanismo conjunto de resolução de conflitos e *crisis management* (BAĞCI, 2009). Através desta iniciativa, a Turquia pretende combater dois problemas estratégicos: primeiro, eliminar através de discussões multilaterais a possibilidade de problemas securitários que possam emergir por conta da instabilidade; segundo, evitar instabilidades que possam prejudicar a distribuição energética na região ou afetar os fluxos comerciais entre os países. Até o momento não foi discutida a participação de representantes de províncias secessionistas (como Ossétia do Sul, Abkhazia ou Nagorno-Karabakh) nem de atores extra-regionais (como União Europeia ou EUA, por exemplo) (GÜLZEDERE, 2009).

Dentre os países da região, o Azerbaijão ocupa uma posição excepcional na política turca em relação ao Cáucaso – as relações bilaterais entre os dois países são comumente tratadas como “*Two states – one people*” (GÜLZEDERE, 2009:15). Além disso, DAVUTOĞLU (2001:127) enfatizou que “o Azerbaijão é para a Turquia – no Cáucaso em geral e no Sul do Cáucaso mais especificamente – o mais importante aliado estratégico”<sup>46</sup>. Um ano após a independência do

---

<sup>46</sup> Azerbaijan is for Turkey – in the Caucasus in general and in the Southern Caucasus especially – the most important strategic ally.

Azerbaijão os dois países já haviam assinado acordos comerciais, de amizade, cooperação e boa vizinhança, que são mantidos até hoje.

Com a Geórgia, a Turquia desfruta de parcerias e acordos privilegiados como, por exemplo, a livre circulação de pessoas entre os dois países desde 2006. Ainda, o aeroporto de Batumi, na Geórgia, é operado por companhias turcas e os vôos turcos são considerados domésticos. Para fortalecer a parceria e aumentar o fluxo de pessoas e capital entre os três países da região, Turquia, Geórgia e Azerbaijão deram início à construção da “nova rota da seda” (GÜLZEDERE, 2009:16) – um trem de alta velocidade ligando as cidades de Kars, na Turquia, a Baku, no Azerbaijão, via Tblisi, e assim expandindo ao Azerbaijão os privilégios já existentes entre Turquia e Geórgia.

Se, por um lado, relações estreitas e fortalecimento de laços bilaterais estão em andamento com Azerbaijão e com a Geórgia, Turquia e Armênia não mantêm relações diplomáticas e suas fronteiras estão fechadas em decorrência de problemas históricos e atuais.

As relações de Turquia e Armênia se deterioraram quando a Armênia ocupou a região de Nagorno-Karabakh, pertencente ao Azerbaijão, no começo dos anos 1990. Embora a Turquia tenha sido um dos primeiros países a reconhecer a independência Armênia em 1991, suas relações diplomáticas logo foram suspensas e suas fronteiras foram fechadas. Atualmente, a Turquia segue uma política isolacionista em relação à Armênia, tentando não ameaçar suas excelentes relações com o Azerbaijão.

As razões para o desentendimento entre os dois países também tem sua raiz histórica – ambos os países discordam sobre a classificação dos eventos que aconteceram durante a Primeira Guerra Mundial. Para a Armênia, o partido político que detinha o poder no Império Otomano, o Comitê para a União e o Progresso (*İttihat ve Terakki Cemiyeti – ITC*), também conhecido como *Young Turks*, foi responsável pelo planejamento sistemático de deportações, expropriações e pela morte de milhões de armênios. Grande parte dos armênios foi removida da Armênia e da Anatólia e encaminhada para os desertos sírios, onde a maior parte morreu de inanição, constituindo o que a comunidade internacional da época classificou como crime contra a humanidade. Acredita-se hoje que 1,5 milhões de armênios morreram entre 1915 e 1923. Por outro lado, a Turquia afirma que foi uma deportação – movimento amplamente observado durante os conflitos da Primeira Guerra Mundial – ocasionada por razões securitárias (GRIGORIADIS, 2010).

Assim, ao passo que a Armênia exige o reconhecimento do genocídio para o restabelecimento de relações diplomáticas, o primeiro-ministro Erdogan afirma que a resolução do conflito de Karabakh é pré-requisito para a abertura das fronteiras e a retomada de relações diplomáticas entre os dois países (GÜLZEDERE, 2010). Apesar disso, sob a coordenação de Davutoğlu, as diplomacias turca e armênia deram demonstrações de boa vontade quando as divergências entre os dois governos pareceram atingir o ponto máximo: ligações aéreas foram restauradas, e os dois países assinaram um acordo histórico demonstrando interesse em restabelecer as relações diplomáticas. De acordo com BAĞCI (2008:8), a Turquia, sob o princípio de *zero problem policy toward Turkey's neighbors*, deve incentivar a reintegração da Armênia, reforçando a cooperação regional do país tanto através de laços bilaterais como na arena internacional. Entretanto, deve-se levar em conta o conflito existente entre Armênia e Azerbaijão, e

dada a importância estratégica fundamental que os azeris representam para a Turquia pode-se concluir que uma solução no curto prazo para os impasses entre Turquia e Armênia não pode ser esperada.

Os conflitos da Armênia com o Azerbaijão e com a própria Turquia são desafios centrais para a diplomacia turca, principalmente dentro do CSCP. Nos últimos anos, a Turquia ganhou experiência mediando conflitos entre Israel e Palestina, e Afeganistão e Paquistão, por exemplo, mas até que ponto essa experiência vai ajudar na resolução de conflitos tão profundos como os observados no Cáucaso ainda é uma dúvida (WINROW, 1997).

### 2.3. Relações com o Oriente Médio

Desde o colapso do Pacto de Bagdá<sup>47</sup>, em 1979, a Turquia não procurou construir estratégias mais abrangentes para a região. Ao invés disso, concentrou-se em firmar relações bilaterais com cada um dos países em uma base bilateral, especialmente com os que apresentam importância estratégica para a Turquia (HALE, 2009).

Na década de 1980, após o fim do regime militar, o então primeiro-ministro – e posteriormente presidente – Halil Turgut Özal evitou se posicionar a respeito dos conflitos e disputas que estavam ocorrendo na região, e ao invés disso se concentrou principalmente no aspecto econômico. A Turquia adotou uma estratégia de intensas trocas comerciais com a região, e as exportações do país cresceram mais de 5 vezes – em 1985, 65% das exportações totais eram para Irã e Iraque (HALE, 2000). Por outro lado, a Turquia não pode usar sua proximidade histórica e cultural para se aproximar e estabelecer relações com os países do Oriente Médio, como observado com as regiões do Cáucaso e da Ásia Central. De fato, durante a Guerra Fria, o país agiu como representante dos interesses ocidentais, alienando sua própria política no Oriente Médio (SÖZEN, 2006). Foi com o fim da Guerra Fria que Ancara intensificou as mudanças em sua política e nas relações comerciais, militares e securitárias com a região.

Sob o governo do AKP, as relações entre Israel e Turquia, parceiros tradicionais, sofreram forte desgaste. O reconhecimento de Israel em 1949, o início precoce de suas relações bilaterais e o alinhamento em questões militares e de inteligência desde os anos 1950 por toda a Guerra Fria pode ser explicado pelos esforços dos *policy makers* da Turquia em harmonizar sua política externa com a de seus aliados ocidentais. Durante a década de 1990, mesmo com o fim do sistema bipolar, os dois países mantiveram excelentes relações bilaterais, com a assinatura de diversos acordos econômicos e militares. Turquia e Israel desenvolveram uma série de acordos de cooperação militar<sup>48</sup>, e neste período Israel era o principal parceiro turco na região, visto que as relações entre Turquia e Irã, Iraque e Síria, por exemplo, estavam estremecidas e chegavam à iminência de conflitos (TURAN, 2008).

---

<sup>47</sup> Também conhecido como *Middle East Treaty Organization*, foi assinado em 1955 entre Turquia, Irã, Iraque, Paquistão e Reino Unido estabelecendo cooperação econômica e militar. Foi dissolvido em 1979, com a Revolução Iraniana.

<sup>48</sup> Como por exemplo o Acordo Militar de Cooperação e Treinamento e o Acordo de Cooperação das Indústrias de Defesa, ambos assinados em 1996. Para cooperação militar entre Turquia e Israel na década de 1990, ver TURAN (2008).

Israel é o país da região com quem a Turquia manteve relações mais estáveis e por mais tempo. Entretanto, após as operações militares de Israel na faixa de Gaza e no Líbano em 2008-09, o relacionamento entre os dois países começou a se deteriorar – atingindo seu extremo no encontro anual do Fórum Econômico Mundial, em Janeiro de 2009<sup>49</sup> (GRIGORIADIS, 2010; BENGIO, 2010). Em resposta aos ataques israelenses, Erdogan suspendeu as conversas de paz que mediava entre Israel e Síria e Israel e Palestina, e visitou outros países da região em busca de soluções para a situação de Gaza, abrindo diálogo inclusive com o presidente da Autoridade Palestina, Mahmud Abbas (ARAS, 2009; SEMAAN, 2010).

A abertura turca para a questão palestina causou uma reação feroz em Israel, especialmente quando envolveu o contato com a liderança do Hamas – que Erdogan disse não se tratar de um grupo terrorista. Em maio de 2010, a interceptação israelense às embarcações turcas que levavam ajuda humanitária a Gaza, e o ataque à Flotilha da Liberdade, que terminou com oito cidadãos turcos mortos, deu à Turquia o substrato para que o AKP possa completar sua estratégia no Oriente Médio e liderar uma campanha internacional para levantar o bloqueio imposto a Gaza (SEMAAN, 2010).

Enquanto a deterioração nas relações entre Turquia e Israel é contrária à política de *zero problems*, vai ao encontro das crescentes ambições turcas na região e de sua aproximação com o mundo árabe<sup>50</sup> (GRIGORIADIS, 2010). Além disso, as ameaças que antes uniam Turquia e Israel deixaram de existir – a Síria não é mais um inimigo e sim um parceiro estratégico e o Irã é visto como aliado por Ancara, e não mais como ameaça. Dessa forma, Israel perdeu sua importância estratégica, já que não precisa advogar em favor dos turcos junto aos EUA, ao passo que a Turquia também não precisa mais da cooperação israelense para lutar contra o terror (no caso curdo) visto que declarou o interesse de abordar o conflito de maneira pacífica (BENGIO, 2010).

Assim, do Irã à Síria, os adversários de Israel se tornaram amigos da Turquia. Esse processo foi conduzido por Ancara de modo a não desencadear a ruptura das relações com o Estado hebreu, e de modo a manter as portas de Tel Aviv abertas à Turquia (BENGIO, 2010; HALE, 2009). RABASA e LARRABEE (2008:89) afirmam que

enquanto Erdogan tem criticado abertamente as políticas israelenses, mais do que qualquer outro líder turco, isso não afetou seriamente o *core* do relacionamento. Abaixo da superfície, a cooperação em áreas de defesa e inteligência – que são coordenadas pelos militares turcos – continuou silenciosamente e foi pouco influenciada pelo tom adotado na retórica pública da Turquia (tradução da autora)<sup>51</sup>.

---

<sup>49</sup> No Fórum Econômico Mundial, em Davos, em janeiro de 2009, o primeiro-ministro turco Erdoğan deixou a sala de debates enquanto o presidente israelense fazia seu discurso, acusando o Estado de Israel de ter cometido barbáries em Gaza e no Líbano (HALE: 2009).

<sup>50</sup> As relações multi-seculares entre os árabes e a Turquia se iniciaram com a ascensão do Império Otomano no Século XIII, quando este passou a governar países e províncias árabes na Anatólia, no Oriente Médio, em partes da África e da Europa. Além disso, os Otomanos controlavam cidades santas do islamismo como Jerusalém, Meca e Medina, obtendo uma legitimidade entre os árabes da qual nenhum outro Estado muçulmano desfrutava. As relações entre turcos e árabes eram positivas para os dois povos, possibilitando o surgimento de novas rotas comerciais, e o fortalecimento cultural na região. O Império Otomano declinou marcadamente ao longo do Século XIX, e terminou por ser dissolvido após sua derrota na Primeira Guerra Mundial. A partir de então, "a Turquia embarcou num caminho que a afastou de seu passado, e dos países árabes com os quais seu passado fora tão intimamente ligado" (HOURANI, 2006:419). Para maiores informações ver "Uma História dos Povos Árabes", de Albert Hourani (2006).

<sup>51</sup> While Erdoğan has been more openly critical of Israeli policy than most previous Turkish leaders, this has not seriously affected the core of the relationship. Beneath the surface, cooperation in the defense and intelligence areas—which

Isso mostra, por exemplo, que parte considerável do setor militar turco defende a manutenção de relações próximas com Israel. Para as forças armadas, os treinamentos militares e os acordos de cooperação assinados, e a subsequente cooperação industrial bélica, são bens valiosos na medida em que são fontes de equipamentos militares avançados e treinamento (HALE, 2009). É importante notar que, desde criação do Estado turco, as forças armadas são consideradas os guardiões dos princípios kemalistas e do secularismo do Estado – sendo, assim, grandes críticos do AKP e da sua política de aproximação com países árabes e não laicizados.

Com o Iraque, as relações da Turquia foram significativamente aprimoradas: desde 2005, a Turquia tem estabelecido um relacionamento expansivo com o governo iraquiano.

Politicamente, a interconexão turca com o problema curdo no Iraque é o mais importante aspecto da relação entre os dois países. Após a queda de Saddam Hussein, em 2003, o PKK – anteriormente instalado na Síria – voltou ao norte do Iraque, de onde passou a lançar ataques à Turquia, incluindo ataques terroristas a alvos civis (HALE:2009). A Turquia aceita a legitimidade do Governo Regional do Curdistão<sup>52</sup> como uma unidade federativa dentro do Iraque, e aproveita a estabilidade na região para aprofundar a cooperação econômica e política com o governo de Bagdá. A aproximação entre os dois países corrobora a visão de Davutoğlu de que boas relações com o Iraque e com os Curdos iraquianos são cruciais para a estabilidade e segurança da região, bem como para o acesso da Turquia ao Golfo Pérsico (GRIGORIADIS, 2010). Assim, é do interesse turco apoiar e manter um governo central e efetivo no Iraque, bem como lei e ordem internas e uma boa relação com a administração curda, pois de outra forma não haverá investimentos no Iraque e os projetos energéticos propostos pela Turquia não serão viabilizados (DAVUTOĞLU, 2008).

Lembrando que a Turquia foi um dos países mais afetados pela Guerra do Golfo, o governo AKP se mostrou contrário, desde o começo, a mais uma guerra envolvendo o Iraque, defendendo a resolução do conflito dentro da estrutura da ONU. Nesse sentido, a Turquia seguiu uma diplomacia ativa para evitar a guerra em seu vizinho através de inúmeras visitas do então primeiro-ministro Abdullah Gül à Síria, ao Egito e à Jordânia. Além disso, os ministros de relações exteriores dos países vizinhos do Iraque – Turquia, Irã, Arábia Saudita, Jordânia e Síria – se reuniram em Istambul, em 2003, por iniciativa turca, para discutir maneiras de evitar uma guerra desestabilizaste na região (TURAN, 2008).

Quanto ao Irã, HALE (2009:153) afirma que as relações entre os dois países, desde a Revolução Iraniana de 1979, são mais cooperativas do que poderia se esperar, visto que os dois países se encontram em pólos ideológicos opostos – islamismo fundamentalista e democracia secular. Apesar disso, as relações entre Turquia e Irã também foram significativamente aprimoradas sob o governo AKP. Os dois países assinaram acordos de cooperação assinalando o comprometimento em colaborar na área de segurança para fazer frente ao PKK, além de uma série de acordos financeiros.

---

are handled by the Turkish military—has quietly continued and has been little influenced by the sharper public tone in Ankara's rhetoric.

<sup>52</sup> Instalado em 1992, o Governo Regional do Curdistão é o órgão que oficialmente administra a região curda no norte do Iraque.

A cooperação econômica entre Turquia e Irã se desenvolve principalmente no campo energético, incluindo o escoamento da produção iraniana para a Europa através da Turquia, por exemplo. Atualmente, a cooperação energética não envolve apenas compra e transporte de gás natural, mas também a exploração dos campos energéticos do Irã pela companhia estatal de petróleo turca TPAO – Türkiye Petrolleri Anonim Ortaklığı. O principal objetivo da parceria é reduzir a dependência turca do gás russo, além do desejo turco de se tornar um importante corredor energético entre o Cáspio, o Oriente Médio e a Europa (GRIGORIADIS, 2010; TURAN, 2008).

Outro aspecto importante na aproximação dos dois países foi o fato de a Turquia ter requisitado o papel de principal mediador na questão do programa nuclear iraniano. Além das conversas Solana-Larijani<sup>53</sup>, em Istambul, que criaram um importante canal de discussão para assuntos nucleares, a Turquia “defende um Oriente Médio completamente desnuclearizado – incluindo Irã e Israel – e apóia os esforços da ‘trinca’ europeia formada por França, Alemanha e Reino Unido nas tentativas de persuadir o Irã a interromper seu programa nuclear sem utilizar a força” (HALE, 2009:155) (tradução da autora)<sup>54</sup>. Visto que o Irã é seu vizinho, grande produtor de petróleo e gás natural, e um parceiro comercial em ascensão, os turcos têm ótimas razões para procurar e manter boas relações com os iranianos. Por esse motivo, em 2010 a Turquia tentou, juntamente com o Brasil, um acordo com o Irã usando sua própria diplomacia. Esta é a razão, inclusive, pela qual qualquer sugestão de sanções duras ou possibilidades de guerra no que tange ao Irã são imediatamente criticadas pela Turquia. Ao votar contra a resolução 1929 do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em Junho de 2010, a Turquia manteve abertos seus canais de comunicação com o Irã (THE ECONOMIST, 2010b; GRIGORIADIS, 2010).

A queda de Saddam Hussein foi outro fator de aproximação entre os dois países. A negativa do parlamento turco em apoiar a invasão liderada pelos EUA evitou o que, certamente, seria um problema entre Turquia e Irã. Os dois países se opuseram a qualquer iniciativa que pudesse levar ao estabelecimento de um estado curdo independente, pois, assim como a Turquia, o Irã também foi desafiado pelos insurgentes curdos com ligações próximas ao PKK. Após um período de instabilidades na década de 90, causado pelos ataques curdos à Turquia a partir de territórios iranianos, nos últimos anos os dois países se uniram contra o inimigo comum: em 2008 assinaram um memorando de cooperação, realizaram exercícios de inteligência conjuntos e operações militares coordenadas contra a ameaça curda (HALE, 2010).

A mudança mais radical nas relações da Turquia com os países do Oriente Médio se deu com a Síria. Enquanto que os dois países chegaram a iminência de uma guerra em 1998, devida ao apoio Sírio dado ao PKK, as relações floresceram a partir de 1999 (GRIGORIADIS, 2010; TURAN, 2008) quando o então presidente sírio Hafiz al-Assad expulsou o líder do PKK Abdullah Öcalan dos territórios sírios usados como refúgio e santuário pelo PKK. Após a chegada do AKP ao governo turco, a aproximação entre os dois países foi fortemente reforçada, chegando ao ponto de a Turquia

---

<sup>53</sup> Na ocasião, Javier Solana Madariaga era o Alto Representante para a Política Externa e de Segurança Comum da União Europeia, enquanto que Ali Ardashir Larijani ocupava o cargo de Secretário do Conselho Supremo de Segurança Nacional no Irã.

<sup>54</sup> Turkey favors a completely de-nuclearised Middle East —by implication, covering Israel as well as Iran — and supports the efforts of the European ‘troika’ of Britain, France and Germany to persuade Iran to halt its nuclear program without resort to force

atuar como um mediador na cooperação política e nas conversas indiretas entre Israel e Síria para uma solução do conflito entre os dois países. Ainda, assim como a Turquia, a Síria suspendeu as conversas de paz em dezembro de 2008, em resposta aos ataques israelenses à Faixa de Gaza (HALE, 2010).

A reaproximação turca da Síria e do Irã teve um efeito imediato nas relações da Turquia com outros países da região, como, por exemplo, Egito e Líbano. A participação turca na crise do Líbano em 2006 é um importante exemplo da tentativa turca de agir de maneira mais ativa e destacada no Oriente Médio. Ademais, a decisão de Erdoğan de enviar 1.000 tropas para a Operação de Paz da ONU no Líbano (UNIFIL) representou uma ruptura da política externa tradicional da Turquia, que evitaria maiores envolvimento nos assuntos internos do Oriente Médio (RABASA & LARRABEE, 2008).

## CAPÍTULO III

### REORIENTAÇÃO DA POLÍTICA EXTERNA TURCA: A INTEGRAÇÃO REGIONAL E SEUS DETERMINANTES

No capítulo anterior, foram analisadas as relações da Turquia com três das suas regiões vizinhas – a Ásia Central, o Cáucaso e o Oriente Médio – e as políticas de aproximação do governo AKP para estes complexos regionais de segurança. Apesar de ficar claro, como observado, que a Turquia busca estreitar seus laços com as regiões que a cercam para se tornar uma potência regional, é importante analisar quais são os mecanismos que a Turquia utiliza para atingir tal aproximação.

Os princípios fundamentais da política externa turca, apresentado pelo ministro Davutoğlu em seus trabalhos acadêmicos, têm por objetivo transformar a Turquia em um poderoso ator regional, até mesmo global, através do exercício de seu *soft power*. A integração regional é um elemento-chave para atingir este objetivo, pois somente criando uma rede interdependente entre si e seus vizinhos é que a Turquia conseguirá exercer influência na região, superar a presença de grandes e médias potências nos países vizinhos, e conquistar seu papel de destaque no cenário global.

Assim, o objetivo do presente capítulo é discutir os indicadores que mostram a intenção da Turquia em se tornar uma potência regional integrada; e quais as causas, as motivações e os objetivos que levam o país a adotar tais políticas de integração. Desse modo, faremos uma análise dos fatores que geram e intensificam a integração econômica entre a Turquia e seus vizinhos, a destacada e crescente atuação política turca nas regiões que a cercam, e a política energética exercida pela Turquia para se transformar em um centro de distribuição de primeira ordem.

#### 3.1. Integração econômica

Atualmente, a Turquia é classificada pelo WORLD BANK (2010) como uma economia emergente<sup>55</sup>, com um PIB aproximado de 700 milhões de dólares (15ª mundial) apresentando um crescimento contínuo e significativo (uma média de 5% ao ano) nas últimas décadas. Entretanto, o alto nível de integração econômica da Turquia, através do comércio e de redes financeiras, deixou o país vulnerável ao impacto da recessão global de 2009 – na ocasião, sua economia contraiu-se em 4,7%. Por outro lado, devido aos crescentes acordos econômicos e de integração com seus vizinhos e da união alfandegária com a União Europeia, vigente desde 1995, a economia turca recuperou-se da crise, com uma estimativa de crescimento de 6,8% in 2010 e 4,5% em 2011 (WORLD BANK, 2010; OCDE, 2010).

Assim, os acordos econômicos e comerciais assinados entre a Turquia e seus vizinhos foram relevantes não apenas para intensificar as relações bilaterais entre os países, mas também se mostraram fundamentais para que a Turquia se recuperasse da crise econômica mundial. A aproximação econômica do país com seus vizinhos é, portanto, parte das políticas de integração do

---

<sup>55</sup> Enquanto que o WB (2010) e o The Economist (2009a) classificam a Turquia como um país emergente, a CIA (2010) inclui a Turquia em sua lista de países desenvolvidos.

país com as regiões que a cercam, com o objetivo de criar interdependência entre os Estados, de maneira que suas trocas comerciais sejam fundamentais para a estabilidade econômica de todos os atores envolvidos.

O fluxo comercial entre a Turquia e os países da região aumentou significativamente nos últimos anos. Ainda que nenhum dos países analisados esteja entre os maiores parceiros comerciais da Turquia – exceto o Irã –, o aumento das trocas comerciais é significativo, especialmente se levarmos em conta que alguns destes países mantêm relações incipientes com os turcos (Tabelas 2 e 3).

**Tabela 2.** Evolução das importações da Turquia 2000-2009 (em milhões de dólares).

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Armenia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Azerbaijão	96	78	65	123	136	272	340	330	928	753
Cazaquistão	346	90	204	267	442	559	994	1.284	2.332	1.349
Geórgia	155	127	138	274	307	303	345	290	525	285
Irã	816	840	921	1.861	1.962	3.470	5.627	6.615	8.200	3.406
Iraque	0	0	0	113	468	459	376	645	1.321	952
Israel	505	529	544	459	714	805	782	1.082	1.448	1.075
Líbano	22	26	42	72	147	145	127	116	179	109
Quirguistão	2	6	18	11	13	14	27	45	48	31
Síria	545	463	506	413	358	272	187	377	639	328
Tadjiquistão	17	14	41	57	63	47	118	143	148	107
Turcomenistão	98	72	106	124	176	161	190	397	389	328
Uzbequistão	86	36	75	99	179	261	416	614	581	413

Fonte: TURKISH STATISTICAL INSTITUTE, 2010.

**Tabela 3.** Evolução das exportações da Turquia 2000-2009 (em milhões de dólares).

País	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009
Arábia Saudita	387	501	555	741	769	962	983	1.487	2.202	1.771
Armenia	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Azerbaijão	230	225	231	315	404	528	695	1.048	1.667	1.399
Cazaquistão	119	120	160	234	356	460	697	1.080	891	633
Geórgia	132	144	103	155	200	272	408	646	998	766
Irã	236	361	334	534	813	913	1.067	1.441	2.030	2.025
Iraque	0	0	0	829	1.821	2.750	2.589	2.845	3.917	5.124
Israel	650	805	861	1.083	1.315	1.467	1.529	1.658	1.935	1.528
Jordânia	100	119	117	150	229	289	322	389	461	456
Kuwait	73	105	139	166	266	210	219	221	493	211
Líbano	129	184	187	148	234	196	241	393	665	686
Qatar	10	8	16	16	35	82	342	450	1.074	289
Quirguistão	21	17	24	41	75	90	132	181	191	140
Síria	184	281	267	411	395	552	609	798	1.115	1.425
Tadjiquistão	4	16	11	29	42	47	72	118	176	126
Uzbequistão	83	90	94	138	145	151	176	226	337	279
Yemen	69	100	119	156	204	197	198	274	354	379

Fonte: TURKISH STATISTICAL INSTITUTE, 2010.

O aumento do comércio com os países vizinhos se deu basicamente através da assinatura de acordos econômicos e comerciais. Durante a década de 1990, as prioridades comerciais da Turquia foram com os países da União Europeia e com os Balcãs. A partir de 2002, sob a administração do AKP, os acordos comerciais da Turquia com países árabes e vizinhos passaram a ganhar um papel de destaque. Em 2004, foram assinados acordos de livre comércio com a Palestina e a Síria, e atualmente, acordos adicionais estão em negociação com outros países do Oriente Médio como, por exemplo, Jordânia e Líbano.

### **3.1.1. Ásia Central**

As relações econômicas entre a Turquia e o Cazaquistão são as mais volumosas dentro da Ásia Central, somando em torno de 2,3 bilhões de dólares (em 2007). Esta parceria comercial se dá na base de estruturas institucionais entre os dois países, como o *Turkish-Kazakh Business Council* – que promove laços comerciais, e fomenta cooperação entre pequenas e médias empresas. Entretanto, são os investimentos diretos feitos pela Turquia que tornam o Cazaquistão – assim como todos os outros países da Ásia Central – profundamente conectados e dependentes da economia turca. Nesse sentido, os investimentos diretos da Turquia no Cazaquistão alcançam cerca de 1,5 bilhões de dólares, colocando a Turquia entre os principais investidores do país e com o maior número de empresas estrangeiras operando dentro do Cazaquistão (TURKISH STATISCTICAL INSTITUTE, 2010; MFA, 2010).

Da mesma forma, a Turquia também é um dos principais investidores no Uzbequistão (o total de projetos futuros ou em andamento realizados por empresas turcas chegam à marca de 1,6 bilhões de dólares), no Quirguistão (300 milhões de dólares) e no Tadjiquistão (400 milhões de dólares). Já no Turcomenistão, a Turquia é o principal investidor direto, com projetos avaliados em 8,5 bilhões de dólares e investimentos no valor de 1,5 bilhões de dólares – na sua grande maioria relacionada com infra-estrutura necessária para a exploração e escoamento do gás natural. O principal objetivo destes investimentos na Ásia Central é tornar a região atrativa para empresas turcas. Segundo o Ministério das Relações Exteriores da Turquia (MFA, 2010), atualmente mais de 1.000 empresas atuam na região (TURKISH STATISCTICAL INSTITUTE, 2010).

Além disso, a Agência de Coperação Internacional Turca (TICA, agência turca que promove o desenvolvimento – tem fomentado inúmeros projetos de assistência técnica junto aos países da Ásia Central, bem como atividades em diversos campos – como educação, saúde, agricultura, restauração do patrimônio cultural, além do treinamento de especialistas para ajudar no desenvolvimento e fortalecimento econômico da Ásia Central (MFA, 2010).

### **3.1.2. Cáucaso**

Na região do Cáucaso, nota-se que as relações econômicas giram em torno, principalmente, de aspectos energéticos. No Azerbaijão, cerca de 50% dos investimentos diretos da Turquia (2,4 bilhões de dólares dentro de um total de 4,9 bilhões) são direcionados ao setor energético. Já na Geórgia, o comércio bilateral excede a marca de 1 bilhão de dólares. Em 2007, a Turquia e Geórgia assinaram acordos de livre comércio e para evitar a taxaçoão dupla entre os países. Com o acordo de livre comércio espera-se reforçar as relações comerciais e aumentar o volume de

trocas; já o acordo para evitar a taxa  o dupla tem por objetivo aumentar os investimentos diretos entre os dois países. Como consequência, as transações econômicas entre Turquia e Geórgia são cada vez mais crescentes: o aumento do fluxo comercial levou a Turquia a ocupar o lugar da Rússia como principal parceiro comercial da Geórgia, em 2006. Em 2007, 14% das exportações da Geórgia eram para a Turquia, enquanto que 15% das suas importações eram turcas. Para a Turquia, contudo, a Geórgia não tem a mesma significância comercial (representando apenas 1% de seu fluxo comercial externo) (ROHOZIFSKI et. al., 2008).

Além disso, a cooperação na área de transportes e infra-estrutura é um importante aspecto nas relações entre Turquia e Geórgia – como observado no já mencionado uso conjunto do Aeroporto Internacional de Batumi, além da modernização da fronteira de Sarp-Sarpi, e da nova passagem entre as cidades de  ildir e Kartsakhi. Ademais, alguns projetos bem-sucedidos entre Geórgia e Turquia contam também com a participação do Azerbaijão, como o oleoduto BTC e o gasoduto BTE, além da ferrovia que ligar  os três países, aumentando a capacidade de transporte.

### **3.1.3. Oriente Médio**

Apesar da aproximação econômica da Turquia com os países do Cáucaso e da Ásia Central, como observado até aqui, é no Oriente Médio que se encontram os principais parceiros comerciais dos turcos. O volume comercial entre Turquia e Irá, por exemplo, cresceu continuamente nos últimos anos – atingindo mais de 10,2 bilhões de dólares em 2008, comparado a apenas 1 bilhão em 2000<sup>56</sup> – caracterizando o Irã como o principal parceiro comercial da Turquia dentre os países analisados. Além de acordos assinados para compor a base institucional do comércio entre os dois países (como, por exemplo, o Acordo de Cooperação Agrícola em áreas Técnicas, Científicas e Econ micas de 2002, o Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimentos de 2005, o Acordo de Prevenção da Taxa  o Dupla de 2005), um acordo de livre comércio está sendo negociado entre Teerã e Ancara para aumentar o volume das trocas comerciais.

Já no Iraque, as relações com a Turquia são basicamente na área de investimentos e doações direcionados para a reconstrução e estabelecimento de ordem. A Turquia fornece ajuda humanitária, ajuda para a reconstrução de estradas, hospitais, escolas e para a restauração de lugares sagrados, toneladas de alimentos e medicamentos – excedendo 70 milhões de dólares. Além disso, a Turquia é a principal porta de entrada para o Iraque, ganhando com a abertura de suas estradas e fronteiras para o país vizinho: em 2005, 50% dos produtos que entraram no Iraque, e 90% dos produtos para o norte do Iraque, foram fornecidos via Turquia. Igualmente, o Iraque depende do território e dos portos turcos para escoar a produção de seus campos energéticos. Comercialmente, o Iraque é um dos mais importantes mercados compradores da Turquia, com mais de 4 bilhões de dólares transacionados em 2008 (HALE, 2009).

Mesmo com o afastamento político entre Turquia e Israel, as relações comerciais entre os dois países permanecem significantes. Em 2009, o volume comercializado entre os dois países atingiu 2,6 bilhões de dólares – enquanto que, em 2002, a cifra atingia 1,4 bilhões. Além do acordo de livre comércio entre Israel e Turquia (assinado em 1997), as trocas comerciais são impulsionadas por

---

<sup>56</sup> Dentro destes valores, entretanto, há um desequilíbrio em favor do Ir , com as importações turcas – que consistem basicamente em petróleo o gás natural – atingindo cerca de 8,2 bilhões de dólares (HALE, 2009).

acordos realizados, principalmente, antes de o AKP chegar ao poder (como, por exemplo, o Acordo de Cooperação Comercial, Econômica, Industrial e Científica de 1997, o Acordo de Promoção e Proteção Recíproca de Investimento de 1998, e o Acordo de Prevenção da Taxação Dupla, também de 1998), quando as relações entre Turquia e Israel estavam em seu auge.

Com a Síria, enquanto as mediações do processo de paz permanecem suspensas, outros assuntos foram incluídos na agenda dos dois países. Com o expressivo aumento de acordos bilaterais, além da assinatura de um acordo de livre comércio em 2007, é previsto que o volume de bens comercializados entre os dois países deva se intensificar ainda mais. Como resultado, a Turquia é hoje um dos principais parceiros comerciais da Síria, com o volume das trocas comerciais passando de 729 milhões de dólares em 2000 para 2,754 bilhões em 2008 (TURKISH STATISCTICAL INSTITUTE, 2010.). É importante notar que, com a Síria, os acordos bilaterais ficaram suspensos desde o começo da década de 1980 até 2003 – em decorrência das animosidades causadas pelo PKK.

Por fim, autoridades da Jordânia – com quem a Turquia assinou um acordo de livre comércio em 2009 –, Síria e Líbano se encontraram com representantes turcos em 2010 com o objetivo de criar um conselho econômico e uma área de livre comércio entre os 4 países. A Turquia indicará o secretário-geral do Conselho, além de ditar os setores prioritários para a integração econômica, que incluirá o setor de transportes, energia, turismo e comércio<sup>57</sup>.

### **3.2. Integração política**

Além das políticas que visam à integração econômica, criando uma interdependência crescente entre a Turquia e seus países vizinhos, é possível notar que Ancara deseja também exercer uma influência política na região. Como observado nos capítulos anteriores, o país vem mantendo, nos últimos anos, relações cordiais com todos os seus vizinhos, projetando uma imagem de parceiro fundamental e árbitro imparcial nos conflitos da região.

Além de seus esforços para resolver, de maneira pacífica, os conflitos envolvendo Israel e Síria, Israel e Palestina, Síria e Egito, Síria e Arábia Saudita, a Turquia ainda buscou uma reconciliação entre as duas facções palestinas, o Hamas e o Fatah. Mesmo nos países que apresentam algum atrito com a Turquia – como é o caso de Israel e Armênia –, a abordagem turca se faz de maneira pacífica, com diálogo aberto e, pelo menos no discurso oficial, com tentativas de reaproximação.

Além de seguir o princípio de *zero problems with neighbors*, a Turquia busca uma maior integração com seus vizinhos através da criação e da sua participação ativa – e recente – em organismos e fóruns de discussão multilaterais. O princípio de *rhythmic diplomacy*, de Davutoğlu, tem por objetivo fazer com que a Turquia conquiste um papel de destaque nas relações internacionais. Isso implica envolvimento constante nas questões relevantes da agenda internacional, como afirma DAVUTOĞLU (2008:83): “onde houver um assunto importante o mundo saberá a opinião da Turquia”.

---

<sup>57</sup> Maiores informações em: <http://www.export.by/en/?act=news&mode=view&id=24546&page=11>. Último acesso: 02/11/2010.

A institucionalização das relações turcas com seus vizinhos é um exemplo de como a Turquia busca criar laços permanentes entre os países. Como mencionado antes, o país foi responsável pela criação de foros multilaterais de discussão na Ásia Central (Acordo de Comércio da Organização para Cooperação Econômica – 2003, *Turkic Language Speaking Countries Summit – 2009*, *Cooperation Council of Turkic Speaking States – 2010*) e no Cáucaso (*Caucasus Stability and Cooperation Platform – 2008*). Já no Oriente Médio, a Turquia mantém um mecanismo de diálogo estratégico com o Conselho de Cooperação do Golfo, e participa ativamente da Liga Árabe. Para DAVUTOĞLU (2010), esta aproximação multilateral e duradoura da Turquia representa a nova abordagem da política externa turca, baseada no seu *soft power*.

### 3.3. Integração energética

A questão energética é um importante determinante na orientação da política externa e na crescente aproximação da Turquia com seus vizinhos, visto que o país é um dos mais importantes mercados consumidores de recursos energéticos da região. A demanda por gás natural e petróleo na Turquia aumenta conforme a taxa de crescimento sustentado do país se mantém. Atualmente, Ancara importa cerca de 95% do gás natural e petróleo que consome, e seus principais fornecedores de petróleo são os países do Golfo Pérsico e a Líbia, enquanto que o maior fornecedor de gás natural é a Rússia (RUSECKAS, 2000; KARAOSMANOGLU, 2002).

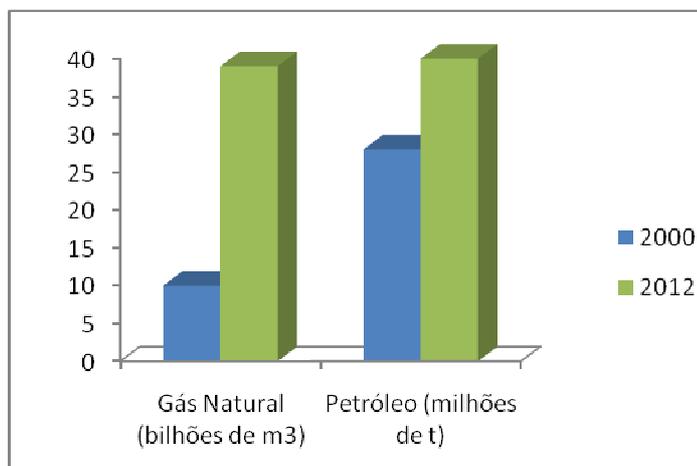
A posição geográfica permite que a Turquia sirva de corredor para o trânsito energético leste-oeste, formando uma ponte entre os países consumidores e os países produtores. A Turquia está localizada perto de 72% das reservas de gás natural e petróleo do mundo, concentradas particularmente no Oriente Médio. Embora a significância das reservas do Cáspio seja modesta, elas têm o potencial de complementar a produção do Golfo Pérsico. Consequentemente, há necessidade crescente de explorar os recursos energéticos da Ásia Central e do Cáucaso, através da abertura dessas regiões para investimentos estrangeiros e cooperação internacional (KARAOSMANOGLU, 2002). Esta situação dá à Turquia a chance de ter um papel importante no transporte de recursos entre as regiões, aumentando sua eficiência e importância na arena internacional (BAĞCI, 2009).

Dessa forma, a Turquia busca não somente garantir o abastecimento energético na região, como também diversificar seus fornecedores e as rotas de distribuição, tornando a oferta mais estável (DAVUTOĞLU, 2008). Assim, nos últimos anos, os países da Ásia Central e do Cáucaso despontaram como importantes parceiros energéticos para a Turquia (KRAMER, 2000). Para KARAOSMANOGLU (2002), a questão energética está, de uma maneira ou outra, relacionada também com os objetivos políticos ou econômicos da Turquia.

A demanda crescente por recursos energéticos (Gráfico 1) – a Turquia aumentou sua importação de petróleo de 28 milhões de toneladas em 2000 para 40 milhões em 2010, enquanto que a demanda por gás natural aumentou de 10 bilhões de m<sup>3</sup> em 2000 para mais 39 bilhões em 2010 – e o interesse em se tornar um centro de distribuição energética de importância global levou a Turquia a fechar acordos de compra de gás natural e petróleo com seus vizinhos, principalmente Azerbaijão, Rússia, Irã e Turcomenistão. A Turquia reconhece que o controle dos corredores de transporte

energético é quase tão importante quanto o controle das fontes energéticas, e por isso iniciou inúmeros projetos de oleodutos e gasodutos na região.

**Gráfico 1.** Demanda energética da Turquia, 2000 – 2010.



Fonte: CIA FACTBOOK, 2010.

Os acordos energéticos estabelecido pela Turquia com seus vizinhos requerem uma rede bem estabelecida e diversificada de oleodutos e gasodutos. Atualmente, o fornecimento de gás russo é feito pelo gasoduto *Blue Stream* (ligando a Rússia à Turquia pelo Mar Negro), porém a Turquia está envolvida na criação e implementação de gasodutos que desviam o território russo, e que muitas vezes também não passam pelo Irã – ganhando, assim, a simpatia e o apoio dos EUA e da União Europeia.

A principal rede de distribuição energética na região é uma parceria entre Turquia, Azerbaijão e Geórgia, composta por um oleoduto e um gasoduto. O oleoduto, Baku–Tbilisi–Ceyhan (BTC), escoar o petróleo do Cáspio pela cidade de Ceyhan, porto mediterrâneo no sudeste turco, via Geórgia. Desde o começo, o projeto do BTC apresentou uma importância principalmente geopolítica para estes países, pois como mostra BARAN (2005), os aspectos econômicos do oleoduto foram vagamente mencionados nas discussões iniciais do projeto.

O BTC é o segundo maior oleoduto do mundo (atrás apenas da rede de oleodutos *Druzhba*, que conecta a Rússia a sete países europeus), entrando em funcionamento em 2005. A importância do BTC advém não só da quantidade de petróleo transportada, mas também do fato de ser o principal oleoduto do mundo que não passa por território russo ou iraniano, contrabalanceando a dominância econômica e militar destes dois países na região (BARAN, 2005). O BTC deu ao Cáucaso, antes considerado o quintal soviético, uma importância geopolítica extrema, além de deixar Turquia e Geórgia menos dependentes do petróleo russo.

BARAN (2005:111) mostra que, com a construção do BTC,

a Turquia formou uma parceria estratégica com Azerbaijão e Geórgia que unirá os três países mais intensamente do que nas últimas quatro décadas. Esta ligação de longo prazo ocasionou uma maior cautela nas interações entre os três países. Mesmo em tempos de disputas econômicas ou políticas, seus líderes tentam resolvê-las o mais rápido possível. Graças aos encontros regulares em suas capitais, oficiais do governo destes países se tornaram muito próximos uns dos outros. Esse processo de familiarização tem sido reforçado por uma série de

medidas adicionais, como a assistência técnica e militar que a Turquia fornece aos seus vizinhos (tradução da autora)<sup>58</sup>.

Ao lado do BTC, corre o *South Caucasus Pipeline* (também conhecido como gasoduto Baku-Tbilisi-Erzurum, *BTE*). Seguindo quase a mesma rota que o BTC, o *South Caucasus Pipeline* transporta o gás natural da reserva de Shah Deniz, no Cáspio, para a Turquia passando pela Geórgia. A meta inicial do gasoduto era abastecer Azerbaijão, Geórgia e Turquia, porém no longo prazo o *South Caucasus Pipeline* vai abastecer a Europa com o gás do Cáspio através do gasoduto planejado Nabucco (DAVUTOĞLU, 2008). O Nabucco transportará gás natural de Erzurum, na Turquia (ponto final do BTE) para Baumgarten an der March, na Áustria. O objetivo do Nabucco é diminuir a dependência europeia do gás russo, sendo apoiado pelos EUA e por diversos países da União Europeia.

Além disso, existe o projeto do *Trans-Caspian Gas Pipeline* (TCGP) – gasoduto que ligaria o Cazaquistão, o Turcomenistão e o Azerbaijão via Cáspio. Em Baku, o TCGP se ligaria ao *South Caucasus Pipeline* e em seguida ao Nabucco, fazendo com que a Turquia transporte o gás natural da Ásia Central para a Europa sem passar por Irã ou Rússia. Por fim, há um projeto de distribuição energética via Irã – o segundo maior fornecedor de gás natural para a Turquia. Os dois países assinaram um *Memorandum of Understanding* (MOU), acordando na compra de gás iraniano e turcomano (que chega ao Irã via gasoduto Dauletabad–Sarakhs–Khangiran, inaugurado em 2010) para ser, em seguida, entregue à Europa (RABASA & LARRABEE, 2008).

### 3.4. Determinantes das políticas de integração

Ao analisarmos as políticas de aproximação da Turquia para com seus vizinhos, seja em aspectos econômicos, políticos ou energéticos, podemos observar a tentativa turca de se apresentar como um parceiro fundamental e ator de atuação destacada, estabelecendo relações de amizade com todos os países e buscando a paz e a integração regional. Assim, pode-se chegar à conclusão de que os principais objetivos da Turquia, ao se tornar uma potência regional integrada, são manter a estabilidade regional e exercer influência sobre os países da região, aumentando seu “valor” no cenário internacional.

Com efeito, um processo de integração requer a estabilidade política e econômica de seus países-membros e, portanto, a Turquia se esforça para atingir este cenário. A estabilidade política em uma região é precursora do desenvolvimento econômico, e ambos são fundamentais para que a distribuição energética não seja interrompida por crises econômicas ou conflitos intra ou interestatais. Já que algumas redes de distribuição energética cortam territórios que podem apresentar instabilidades – como, por exemplo, as regiões separatistas na Geórgia e a região curda no norte do

---

<sup>58</sup> Turkey has formed a strategic partnership with Azerbaijan and Georgia that will tie the three countries more closely together over the course of the next four decades. This long-term linkage has caused all three states to be more cautious in their mutual interaction. Even at times of particularly harsh economic or political disputes, leaders have been trying to resolve them quickly. Thanks to regular meetings in each other's capitals, government officials from the three states have become much more familiar with one another. This familiarization process has been enhanced by a variety of additional measures, such as the extensive military and technical assistance Turkey has provided to both nations.

Iraque – a manutenção da estabilidade nas redes integradas de gasodutos e oleodutos é fundamental para que os recursos do Cáspio, da Ásia Central e do Oriente Médio cheguem ao seu destino.

Além disso, as discussões multilaterais propostas pela Turquia reúnem os países em busca de paz, segurança e estabilidade na região, e por isso chegam a incluir mecanismos conjuntos para a resolução de conflitos. Através destas iniciativas, a Turquia busca eliminar a possibilidade de problemas securitários que possam emergir por conta da instabilidade na região.

Por outro lado, para se tornar uma potência regional, a Turquia precisa exercer influência sobre os países que a cercam. Dessa forma, o principal objetivo da Turquia ao aumentar a sua influência na região é ganhar um papel de destaque no cenário internacional – fazendo com que a sua posição seja levada em consideração quando uma grande ou média potência se aproximar das regiões onde a Turquia já está estabelecida.

Ao propor a criação e o fortalecimento de foros multilaterais e diálogos de paz, a Turquia faz com que os conflitos regionais sejam resolvidos dentro da própria região, sem a necessidade de intervenção de potências externas. Assim, a Turquia se torna indispensável para que os interesses Ocidentais nas regiões que a cercam sejam atingidos. Ainda, a integração energética e o desenvolvimento nesta área, como a diversificação de fontes, reforçam a imagem da Turquia como rota de distribuição segura e estável para o escoamento da energia do Cáspio, Ásia Central e Oriente Médio, aumentando ainda mais sua importância política na cena internacional.

Por fim, ao se reconciliar com os parceiros não-alinhados com o Ocidente, a Turquia ganhou um papel de destaque e uma significativa importância para os governos ocidentais – que, ao contrário do que se poderia esperar, se beneficiam com o que foi chamado de “*diplomatic benefits of an undiplomatic outburst*” (TURAN, 2008; THE ECONOMIST, 2009). Ao manter um relacionamento estável e amistoso com países como Irã e Síria, por exemplo, a Turquia dá aos governos ocidentais, principalmente Washington, um novo canal de discussão, destacando-se como “mensageiro”, mediador e promotor das relações internacionais (HALE, 2009).

## CAPÍTULO IV

### OPORTUNIDADES E LIMITES PARA A ESTRATÉGIA TURCA: CAPACIDADE ESTATAL NA TURQUIA

Nos capítulos anteriores, analisamos as interações e as políticas de integração da Turquia com três complexos regionais de segurança: a Ásia Central, o Cáucaso e o Oriente Médio. Inúmeras mudanças foram observadas na política externa da Turquia desde 2002, que foi reorientada com o objetivo de criar um ambiente onde o país pudesse se destacar como potência regional. No Capítulo 3, foram analisadas as motivações turcas ao propor políticas de integração, bem como os meios pelos quais a Turquia vem criando interdependência entre si e os países das regiões estudadas.

Tendo em vista que o equilíbrio desenvolvido entre os atributos de poder na Turquia – isto é, a combinação da sua capacidade econômica, da força do seu aparato militar e da sua solução institucional interna – é fundamental para que a Turquia desenvolva e introduza as políticas que propõe atualmente em âmbito doméstico e internacional, neste trabalho a dicotomia implícita na definição de NYE (2002) de *soft* e *hard power* não será considerada. Embora, em seu discurso oficial, a Turquia dê ênfase ao *soft power* como meio de atingir seus objetivos internacionais, o *hard power*, bem como a saúde financeira turca, são o suporte e a fonte de legitimidade do governo, e permitem que tais políticas sejam formuladas – ou seja, *soft power* e *hard power* são concomitantes, e não concorrentes.

Assim, ambos serão tratados de maneira integrada e inter-relacionada, de modo que as duas definições sejam trabalhadas simultaneamente, e não de forma excludente. Dessa forma, levando em consideração os fins da política externa turca identificados anteriormente, este capítulo se destina analisar a capacidade estatal da Turquia em atingi-los, tornando-se, assim, uma potência regional integrada. A avaliação da capacidade estatal turca, por sua vez, será feita através de comparações entre o *hard power* da Turquia, de Israel e do Irã – atores importantes não só pelo seu aparato militar, mas também por representarem os interesses de potências globais na esfera regional, além de configurarem as principais barreiras para o avanço da integração regional da Turquia.

#### 4.1. Capacidade estatal

Originalmente, o termo “capacidade estatal” significava o poder de um Estado em arrecadar impostos. Alguns sociólogos históricos argumentam, porém, que o conceito de capacidade estatal evoluiu ao longo dos séculos em decorrência das necessidades advindas das guerras – que exigiam, cada vez mais, novas fontes de arrecadação, e incentivavam os governos a investir em instituições para levantamento de receitas (BESLEY & PERSSON, 2007).

Recentemente, Charles TILLY (2007) incluiu o conceito entre variáveis importantes no estudo da democracia, definindo capacidade estatal como sendo a capacidade do Estado para reforçar suas decisões políticas. Assim, nenhuma democracia poderia funcionar caso faltasse ao

Estado capacidade de supervisionar o processo decisório democrático, e pôr os resultados em prática. Para Tilly, a capacidade de um Estado diz respeito à extensão segundo a qual as intervenções de agentes do Estado em recursos não-estatais, em atividades e conexões interpessoais alteram a distribuição desses recursos, assim como as relações entre estas distribuições (SÁ, 2007; TILLY, 2007).

Em uma tentativa de simplificar e dar maior operacionalidade ao conceito, capacidade estatal adquire o sentido de (1) capacidade administrativa e burocrática; (2) qualidade e coerência das instituições políticas; e (3) capacidade militar (SEBBEN, 2010). Para os fins deste trabalho, a capacidade estatal da Turquia será medida através de suas forças armadas – visto que nosso objetivo aqui é avaliar a capacidade da Turquia em exercer dominância regional (externa), e não a capacidade estatal em prover segurança para seus cidadãos ou arrecadar impostos (interna).

A avaliação da capacidade estatal turca, por sua vez, será feita através de comparações entre o *hard power* da Turquia, de Israel e do Irã – atores importantes não só pelo seu aparato militar, mas também por representarem os interesses de potências globais na esfera regional e por configurarem as principais barreiras para o avanço da integração regional da Turquia.

## **4.2. Escolha de casos**

### **4.2.1. Irã**

O Irã foi escolhido para este estudo por se tratar de um adversário natural da Turquia na região. Assim como na Turquia, sua posição geográfica estratégica, o tamanho de seu território, estrutura econômica e o tamanho das forças armadas dão ao Irã o potencial de destaque e liderança em inúmeras regiões – como o Golfo Pérsico, a Ásia Central, e a bacia do Cáspio.

A política de aproximação e integração do Irã com outras regiões se dá pela tentativa de fugir do isolamento imposto pelos EUA, buscando assim a cooperação com países vizinhos e com as populações islâmicas da região. Segundo HALE (2009), os líderes iranianos acreditam que o país deve, além de consolidar seu papel de ator-chave no Oriente Médio, tornar-se um parceiro indispensável na Ásia Central. Estas duas regiões que se enquadram nas principais linhas de formulação da política externa iraniana: aproximação com países vizinhos, países islâmicos, países em desenvolvimento, e países que precisam de ajuda política, econômica, social ou militar.

Para atingir seus objetivos, o Irã passou a desenvolver relações políticas positivas com os países da região, expandindo seus laços comerciais e seus investimentos. Ademais, o Irã se tornou um ator destacado em organizações multilaterais, como, por exemplo, Organização para Cooperação Econômica, Organização da Conferência Islâmica, *Developing 8*<sup>59</sup> (D-8) e Organização para Cooperação de Xangai (SCO). Além de buscar uma parceria baseada em laços culturais e não em ideologias, uma das principais vantagens do Irã na Ásia Central são as visões alinhadas com a Rússia em diversos pontos estratégicos para a região – o Irã é o principal parceiro russo dentro do Oriente Médio. Assim, enquanto a Turquia busca conquistar seu espaço reduzindo o papel russo, o Irã busca fortalecer a influência russa e se colocar como parceiro, e não competidor, na região.

---

<sup>59</sup> Aliança econômica entre oito países em desenvolvimento com significativa população islâmica. São membros do grupo: Bangladesh, Egito, Indonésia, Irã, Malásia, Nigéria, Paquistão e Turquia.

Além disso, o potencial estratégico das riquezas energéticas da Ásia Central interessa ao Irã, que tenta, desde o fim da URSS, aproximar-se desses países. Entretanto, apesar do potencial para cooperação entre o Irã e os países da Ásia Central, o Irã não é um ator dominante na região. Os problemas internos do país, agravados pelo isolamento imposto pelos EUA, ameaçam os investimentos na região e tiram credibilidade do governo iraniano. E, como observado com a Turquia, os países da Ásia Central buscam manter uma rede complexa de parceiros internacionais, sem dar preferência a um país em específico – exceto a Rússia. Já no Oriente Médio, a liderança iraniana se torna cada vez mais significativa.

Assim, o Irã é um país que deve ser levado em conta pelos formuladores da política externa turca, visto que representa a principal barreira regional para que a Turquia alcance seus objetivos de integração.

#### **4.2.2. Israel**

O segundo país selecionado para esta análise comparativa é Israel. Embora Israel não tenha a intenção de se tornar uma potência regional integrada – o oposto do observado com o Irã e a Turquia –, o país é o principal parceiro dos EUA no Oriente Médio, muitas vezes servindo como seu porta-voz na região. Israel é o principal *non-NATO ally*<sup>60</sup> no Oriente Médio.

As relações entre EUA e Israel são fundamentais para as políticas americanas no Oriente Médio. Por esse motivo, “de 1976-2004, Israel foi o maior destino da ajuda externa anual dos EUA, sendo desde então ultrapassado pelo Iraque. Desde 1985, os EUA forneceram cerca de 3 bilhões de dólares em ajuda anual a Israel” (SHARP, 2010:21) (tradução da autora)<sup>61</sup>. Em 2007, além de aumentar sua ajuda para Israel em 25%, os recursos passaram a ser destinados unicamente para gastos em defesa e equipamentos militares (dado que a situação econômica de Israel é estável e não necessita de ajuda externa) (JANES, 2009).

Por fim, é importante ressaltar que Israel é creditado como possuidor de arsenal nuclear (ELBARADEI, 2004). Israel, além de não ratificar o Tratado de Não-Proliferação Nuclear (TNP), mantém uma política ambígua para tratar do assunto – não confirma, porém não nega a posse de armas nucleares. Por estas características, Israel tem uma presença desestabilizadora e seria fundamental na estratégia norte-americana de conter os ímpetus anti-Ocidente da Turquia, caso esta adotasse uma agenda pró-islâmica na região.

### **4.3. Análise comparativa das Forças Armadas: Turquia, Irã e Israel**

Para obter um balanço das capacidades na região, foi desenvolvida uma visão comparada dos equipamentos militares de Turquia, Irã e Israel (Tabela 4). Para esta análise, foram utilizados dados do *International Institute for Strategic Studies* (IISS, 2010), do *Global Defence* (GLOBAL

---

<sup>60</sup> Termo utilizado para não-membros da OTAN que possuem relações privilegiadas e estratégicas com as Forças Armadas dos EUA.

<sup>61</sup> From 1976-2004, Israel was the largest annual recipient of U.S. foreign assistance, having since been supplanted by Iraq. Since 1985, the United States has provided nearly \$3 billion in grants annually to Israel.

DEFENCE, 2010) e do *Worldmark Encyclopedia of the Nations* (GALL, 2004). Entretanto, muitos valores desconhecidos foram observados, o que demonstra a dificuldade em quantificar o poder militar dos Estados.

Como afirma DULLIUS (2008:11),

o significado completo desses números só é obtido se eles são analisados no contexto muitas vezes intangível dos fatores qualitativos. A imprecisão das informações, a qualidade do material humano e das munições, assim como a manutenção e o nível de operacionalidade dos equipamentos são fatores que relativizam os números que apresentamos nas tabelas de arsenais e que dificultam conclusões objetivas sobre a real capacidade militar dos estados.

Assim, será feito um breve panorama do estado das forças armadas nestes três países aliando o quantitativo a uma breve análise da dimensão qualitativa. Nosso objetivo aqui não é elaborar um balanço completo, mas oferecer um panorama geral que mostre se a Turquia é capaz ou não de se impor militarmente na região.

**Tabela 4.** Visão comparada das Forças Armadas de Turquia, Israel e Irã

Fonte	Turquia			Israel			Irã		
	IISS	GD	GALL	IISS	GD	GALL <sup>62</sup>	IISS	GD	GALL <sup>63</sup>
<b>Exército</b>									
Soldados ativos	402.000	402.000	402.000	133.000	133.000	120.000	350.000	350.000	325.000
Tanques	4.503	4.206	4.205	3.501	3.860	3.750	1.613	1.682	1.565
Blindados	4.293	4.859	--	10.419	6.750	--	1.220	1.648	--
Helicópteros	280	462	--	--	--	--	223	--	--
<b>Forças Aéreas</b>									
Soldados ativos	60.000	60.100	60.100	34.000	34.000	35.000	18.000	18.000	52.000
Caça/Ataque	426	374	485	461	494	454	312	288	306
Transporte	77	82	--	42	30	--	104	93	--
Helicópteros	40	45	--	228	183	135	34	397	--
<b>Marinha</b>									
Soldados ativos	48.600	49.600	52.750	9.500	9.500	6.500	18.000	18.000	18.000
Aviação Naval	7	--	7	2	--	--	18	--	--
Helicópteros	21	--	22	7	--	--	30	--	--
Fragatas	23	20	19	--	--	--	4	--	3
Corvetas	--	6	--	3	3	--	2	5	--
Submarinos	14	13	13	3	3	3	10	3	6
Patrulha	43	22	49	--	33	48	40	37	56
Fuzileiros Navais	3.100	3.100	3.100	--	--	--	2.600	--	--

Fonte: IISS, 2010; GLOBAL DEFENCE, 2010; GALL, 2004.

#### 4.3.1. Turquia

As forças armadas da Turquia foram, durante década de 1990, enormes – Ancara possuía forças armadas maiores do que a francesa e a britânica combinadas, com cerca de 510 mil homens destacados e mais uma reserva de 380 mil –, porém fracamente equipadas. Nesse período, das 14 divisões de infantaria, por exemplo, apenas uma era mecanizada. Desde então, foi realizada uma

<sup>62</sup> GALL (2004) nota que, de acordo com estimativas, as Forças Armadas de Israel possuem um arsenal de mais de 100 armas nucleares.

<sup>63</sup> GALL (2004) informa que a Guarda Revolucionária do Irã possui um exército com cerca de 125 mil homens, e uma marinha com cerca de 20 mil fuzileiros navais.

revisão nos equipamentos, criando forças de mobilidade acentuada e com poder de fogo sensivelmente melhorado, perseguindo o novo conceito estratégico da OTAN. Assim, a qualidade e a quantidade dos equipamentos das Forças Armadas turcas foram enormemente melhoradas, mudança percebida principalmente nas Forças Aéreas da Turquia com a compra de caças americanos. Em 2008, o gasto com defesa foi de 13,3 bilhões de dólares, passando a mais de 14,5 bilhões em 2009 (IISS, 2010).

Entretanto, os equipamentos e estruturas das forças turcas são considerados, ainda, ultrapassados, impedindo que se trabalhe com as ameaças novas e assimétricas. Por isso, atualmente o objetivo das forças armadas da Turquia é expandir suas capacidades e cumprir os compromissos e obrigações da OTAN. Nesse sentido, as forças armadas estão implementando o *Force-2014* – programa de reorganização que busca destacamentos mais rápidos, capazes de lutar em conflitos de alta e baixa intensidade e em operações conjuntas (JANES, 2009).

#### 4.3.2. Irã

As forças armadas do Irã, apesar do expressivo número de pessoal – quase 400 mil homens –, não possuem equipamentos modernos e, por isso, seu desempenho em um conflito na região é difícil de prever. A escala anunciada no programa de rearmamento do Irã, lançada após sua derrota na guerra de 1980-88 com o Iraque, é muitas vezes exagerada. Além disso, o equipamento que sobreviveu à guerra – cerca de 40% dos blindados e da artilharia – se tornaram obsoletos desde então (JANES, 2009).

A instabilidade ao longo das fronteiras iranianas, bem como a presença militar dos EUA na região – que, além da ocupação em dois países vizinhos do Irã, Afeganistão e Iraque, mantém bases na Arábia Saudita, Quirguistão, Uzbequistão, Paquistão, Turquia, Emirados Árabes e Omã – aumentaram a importância da manutenção de forças armadas modernas, bem equipadas e eficientes. As políticas de segurança iranianas refletiram essas preocupações na década de 1990: o país passou a investir na produção e importação de equipamentos pesados.

O principal aspecto da defesa iraniana é a *self-reliance*. Assim, o Irã passou a produzir seus principais sistemas bélicos, como tanques, blindados, e artilharia. Entretanto, enquanto que em termos quantitativos o aparato militar do Irã é significativo, uma fenda qualitativa surgiu entre o país e seus vizinhos e, apesar das campanhas de modernização, a diversidade e a idade de seu inventário é uma deficiência decisiva. O orçamento para a defesa iraniana, em 2008, alcançou 9,59 bilhões de dólares (IISS, 2010).

Ainda, existem dúvidas sobre a capacidade do Irã em projetar seu poder além de suas fronteiras. Aponta-se (JANES, 2009) que as forças militares do Irã são capazes de deter ou afastar ameaças vindas de vizinhos fracos, como Iraque, Turcomenistão ou Azerbaijão; porém, carecem de uma profunda “habilidade logística para projetar poder além das fronteiras iranianas ou para confrontar vizinhos com capacidade militar como Turquia ou Paquistão” (KATZMAN, 2006:12) (tradução da autora)<sup>64</sup>.

---

<sup>64</sup> (...) logistical ability to project power much beyond Iran's borders or to confront militarily capable neighbors such as Turkey and Pakistan.

### 4.3.3. Israel

As Forças de Defesa de Israel são as mais efetivas forças armadas do Oriente Médio. Israel tem um exército significativo graças a sua política de recrutamento universal entre a população. Nos últimos vinte anos, a principal preocupação israelense foi o combate contra a resistência palestina na ocupação de Gaza e da Cisjordânia, assim como a guerra intermitente contra o Hezbollah, na fronteira com o Líbano.

Israel desenvolve grande parte das tecnologias usadas em seu aparato militar, muitas feitas especificamente para servir às necessidades das Forças Armadas. Além disso, a parceria militar que Israel mantém com os EUA e os altos investimentos em arsenal bélico garantem a Israel forças armadas pioneiras, mecanizadas e com tecnologia de ponta. Em 2007, o Parlamento israelense aprovou o maior orçamento para defesa da história do país – 12,47 bilhões de dólares. Nos anos seguintes, a soma caiu para 9,70 bilhões em 2008, e 9,78 bilhões em 2009 (IISS, 2008; IISS, 2010).

\*\*\*

Após estes breves apontamentos, e sempre levando em conta que estes dados devem ser avaliados dentro de um contexto qualitativo e que considere a participação de outros países nas relações internacionais, podemos concluir que a Turquia tem a capacidade militar necessária para se consolidar como potência regional integrada.

O Irã, de acordo com o que foi apresentado neste trabalho, não tem capacidade militar suficiente, por si só, para impedir a expansão da Turquia na região. Mesmo recebendo o apoio militar de outros países – especialmente da Rússia –, não é do interesse do Irã se indispor com a Turquia: “um aliado com o segundo maior exército da OTAN, a Turquia talvez seja a única potência regional com alguma influência sobre o Irã” (THE ECONOMIST, 2006) (tradução da autora)<sup>65</sup>.

Em sua defesa do programa nuclear iraniano, por exemplo, a Turquia deixou clara a política de boa vizinhança para com o governo de Ahmadinejad, evidenciando seu papel mediador entre o Irã e o Ocidente. Tendo em vista a tentativa de superar o bloqueio dos EUA e criar boas relações com os países da região, então, é improvável que o Irã interrompa os avanços regionais da Turquia pelo uso, ou ameaça de uso, de suas forças armadas.

Similarmente, Israel não usaria seu aparato militar para impedir o avanço da Turquia na região – mesmo com forças armadas qualitativamente superiores. Em primeiro lugar, Israel não entraria em conflito com a Turquia, pois não é do seu interesse competir com Ancara pela liderança no Oriente Médio – tampouco no Cáucaso ou na Ásia Central. Em segundo lugar, e mais importante, o jogo de interesses envolvidos em um possível conflito entre Israel e Turquia – seja pela reação que o conflito poderia desencadear nos países islâmicos, seja pela oposição entre um membro da OTAN e o principal aliado ocidental no Oriente Médio – faz com que os custos de uma ação como essa sejam altos demais em relação aos eventuais benefícios de seu sucesso.

---

<sup>65</sup> An old ally with NATO's second-largest army, Turkey may be the only regional power with any clout in Tehran.

## CONCLUSÃO

A posição estratégica turca, próxima ao Oriente Médio, Ásia, África, Rússia e Europa, significa que a Turquia sempre teve posição de destaque nas relações internacionais. Ao longo dos últimos anos, a importância geopolítica da Turquia cresceu significativamente devido às grandes transformações sofridas internamente – que refletiram principalmente no seu desempenho econômico e nas suas relações internacionais.

Tardiamente, a Turquia começou a responder às mudanças a nível sistêmico ocasionadas pelo fim da Guerra Fria. Esta nova orientação turca expandiu seu campo de ação através de visões estratégicas novas ou renovadas, fortemente influenciadas pela doutrina da Profundidade Estratégica de Ahmet Davutoğlu sob o governo AKP. A doutrina da Profundidade Estratégica enfatiza a importância do legado Otomano para a Turquia, e seus laços históricos e culturais com os Bálcãs, o Cáucaso, o Oriente Médio e a Ásia Central. Segundo Davutoğlu, a Turquia, ao explorar sua profundidade estratégica, trabalha para se tornar uma potência regional.

Ainda, a Turquia busca contrabalancear seus laços com o Ocidente estabelecendo múltiplas alianças, aumentando sua liberdade de ação, tanto regionalmente quanto globalmente. Assim, com o objetivo de se tornar uma potência regional, a Turquia passou a exercer políticas deliberadas de aproximação com regiões com as quais compartilha laços históricos ou culturais, bem como com países anteriormente considerados inimigos históricos ou parceiros não tradicionais.

Este trabalho procurou mostrar que a estratégia atual da Turquia é se tornar uma potência regional integrada para garantir a liderança política e econômica nas regiões que a cercam. Os meios de integração propostos pela Turquia têm por objetivo criar interdependência econômica, política e energética entre a Turquia e seus países vizinhos, de maneira a se tornar um ator fundamental na manutenção da paz, segurança e estabilidade na região.

Ao analisarmos as relações da Turquia com três dos complexos regionais de segurança que a cercam – a Ásia Central, o Cáucaso e o Oriente Médio –, ficou claro que a Turquia busca estreitar seus laços com as regiões que, até pouco tempo atrás, tinham pouca ou nenhuma relevância na sua política externa. Isso pode ser observado, principalmente, na aproximação intensa da Turquia com países árabes. Irã e Síria, por exemplo, eram países considerados inimigos históricos da Turquia, chegando à iminência de um conflito armado, e hoje estão entre os principais parceiros comerciais, políticos e energéticos de Ancara. Ao mesmo tempo, observa-se um esfriamento das relações da Turquia com Israel – que, depois de décadas de uma parceria estratégica e cooperação militar passou a ser considerado uma ameaça central para o Estado turco.

A mesma política de boa vizinhança da Turquia para os países árabes do Oriente Médio pode ser observada para a Geórgia e o Azerbaijão, no Cáucaso, e para as cinco repúblicas da Ásia Central. Nestas duas regiões, a Turquia lança mão dos estreitos laços culturais, étnicos e lingüísticos que mantém com estes países para propor políticas de integração. Como observado no Capítulo II, a aproximação da Turquia com os países do Cáucaso (exceto a Armênia) se dá em bases muito bem estabelecidas – sejam elas econômicas ou políticas.

Já na Ásia Central, ao contrário, a Turquia disputa sua liderança com outras potências – como Irã, Índia, China, e especialmente Rússia – que tentam conseguir influência na região. Além disso, enfrenta também uma complexa rede de relações bilaterais criadas pelos países da Ásia Central, com o objetivo de diversificar seus parceiros.

Os princípios fundamentais da política externa turca, apresentado pelo ministro Davutoğlu em seus trabalhos acadêmicos, têm por objetivo transformar a Turquia em um poderoso ator regional, até mesmo global. A integração regional é um elemento-chave para atingir este objetivo, pois somente criando uma rede interdependente entre si e seus vizinhos é que a Turquia conseguirá exercer influência na região, superar a presença de grandes e médias potências nos países vizinhos, e conquistar seu papel de destaque no cenário global.

As políticas de integração da Turquia avançam em três frentes, como visto no Capítulo III: integração econômica, integração política e integração energética. Através de expressivos investimentos diretos e de acordos comerciais bilaterais – como os inúmeros acordos de livre comércio assinados entre a Turquia e seus vizinhos desde 2002 –, a Turquia conseguiu um aumento significativo nos fluxos e das trocas comerciais que mantém com os países analisados, criando uma complexa rede de interdependência entre si e seus vizinhos. No campo político, as relações bilaterais da Turquia são ditadas pelo princípio de *zero problems with neighbors* – ou seja, uma política de boa vizinhança, com relações cordiais, diálogo e cooperação entre os governos.

A integração energética da Turquia, por sua vez mostra bem a dimensão turca no Cáucaso, Ásia Central e no Oriente Médio. Como um país que importa cerca de 95% do gás natural e petróleo que consome, a Turquia propõe medidas – como a construção de novas redes de distribuição energética – que visam à estabilidade das rotas de distribuição de energia, bem como a manutenção da oferta de recursos energéticos. Ainda, e mais importante, a Turquia almeja se tornar um centro de distribuição energética de primeira grandeza, fazendo uma ponte entre os países produtores e os mercados consumidores do Ocidente. Para isso, a abertura de novas regiões para investimentos, a diversificação de fontes e rotas de distribuição e a garantia do abastecimento energético na região são metas fundamentais para a Turquia. Como visto, a oferta estável dá à Turquia um papel importante na administração dos recursos entre as regiões, aumentando sua eficiência e importância na arena internacional.

Assim, a Turquia ganha, além da liderança regional, significância estratégica global, estabelecida como mediadora e parceira indispensável no alcance das políticas ocidentais para a Ásia Central, Cáucaso e Oriente Médio. Uma Turquia que utiliza seu *soft power* efetivamente ajuda a remediar a fraca participação da União Europeia e dos EUA, por exemplo, nos três complexos regionais analisados. Além disso, a Turquia ajuda a impedir que a instabilidade destas regiões, ocasionada por fatores como terrorismo e fundamentalismo religioso, avance para o Ocidente. A nova visão e as políticas proativas de Ancara estão fortalecendo a importância turca para a União Europeia, bem como desenvolvendo relações com os EUA em uma base mútua – e não assimétrica, como observado nas relações entre os dois países desde a fundação da República da Turquia.

Dessa forma, a nova orientação da política externa turca não está em conflito com os interesses ocidentais. Porém, espera-se que o Ocidente (e a Europa em particular), passe levar a Turquia a sério como parceira - e deixar de considerá-la um cliente do Ocidente.

Além disso, concluímos, através da comparação militar entre a Turquia e os principais países que podem “barrar” seus ímpetos regionais – Irã e Israel –, que a Turquia tem a capacidade militar necessária para se tornar uma potência regional integrada. No caso do Irã, o principal concorrente turco na corrida pela liderança na Ásia Central e no Oriente Médio, a Turquia desfruta de uma superioridade militar, com forças armadas mais numerosas e melhor equipadas. Além disso, ainda que o Irã tivesse uma capacidade militar superior à da Turquia, não interessa ao governo de Teerã se indispor com um importante parceiro comercial, que ainda é seu principal “representante” junto ao Ocidente. O Irã se beneficia do diálogo da Turquia com os EUA, e portanto não entraria em choque com um dos principais países da OTAN.

Já no caso de Israel, apesar clara superioridade militar do Estado judeu, não é seu objetivo competir com a Turquia pela liderança do Oriente Médio, Cáucaso e Ásia Central. Ademais, Israel é o principal aliado dos Estados Unidos no Oriente Médio e, visto os já existentes atritos com a Palestina e com o Líbano, não se engajaria em mais um conflito com um país islâmico da região de importância fundamental para os EUA.

Finalmente, como observado, a atual política externa da Turquia representa uma ruptura com a sua orientação prévia, principalmente no que diz respeito à tendência em securitizar suas relações exteriores. O uso de ferramentas de confrontação militar, que foram particularmente visíveis na década de 1990, tornou-se menos frequente nos anos 2000. O aperfeiçoamento de suas relações com os países vizinhos, a adoção de abordagens *win-win* e a ênfase no diálogo e nas negociações como meios de resolver disputas são, agora, características da política externa turca. Ao invés de ver as regiões que a cercam como fonte de risco, a Turquia começou a vê-las como teatros onde pode atuar de maneira proativa na manutenção da paz e da estabilidade. Em troca, isso contribui para o aumento da credibilidade turca aos olhos do Ocidente. Em contrapartida, o numeroso e equipado aparato militar turco, bem como a economia crescente e estabilizada, garantem as condições necessárias para que o AKP formule suas políticas de integração, bem como certificam a supremacia turca na região.

Tendo em vista o estado dos estudos atualmente disponíveis sobre a Turquia na literatura, a principal contribuição deste trabalho foi o esclarecimento das relações internacionais da Turquia com complexos regionais de segurança que são pouco abordados atualmente, seja no cenário acadêmico internacional, seja – principalmente – em língua portuguesa. Esta monografia inovou ao abordar conjuntamente o processo de integração regional da Turquia com a Ásia Central, o Cáucaso e o Oriente Médio, de maneira a mostrar os interesses, objetivos, meios e capacidade da Turquia ao propor tais políticas de integração – sem se aprofundar nas negociações de adesão entre Turquia e União Europeia ou nas relações turcas com os EUA, como comumente observado nas publicações dos últimos anos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALTUNISIK, Meliha; TÜR, Özlem. **Turkey: Challenges of continuity and change**. London: Routledge Curzon, 2005.
- ARAS, Bülent. **Turkey and the Palestinian question**. Foundation for Political Economic and Social Research. N.27, 2009. Disponível em: [http://setadc.org/pdfs/SETA\\_Policy\\_Brief\\_No\\_27\\_Palestinian\\_Question\\_Bulent\\_Aras.pdf](http://setadc.org/pdfs/SETA_Policy_Brief_No_27_Palestinian_Question_Bulent_Aras.pdf). Último acesso: 13/11/2010.
- ARAS, Bülent; POLAT, Rabia Karakaya. **From Conflict to Cooperation: Desecuritization of Turkey's Relations with Syria and Iran**. Security Dialogue, Vol.39, 2008.
- BAGCI, Hüseyin. **Changing Geopolitics and Turkish Foreign Policy**. Viena: Internationales Institut für Liberale Politik Wien, 2009.
- BALCI, Ali. **The Alliance of Civilizations: The Poverty of the Clash/Alliance Dichotomy**. Insight Turkey, Vol. 11, N.3, 2009
- BARAN, Zeyno. **The Baku-Tbilisi-Ceyhan Pipeline: Implications for Turkey**. In: The Central Asia-Caucasus Institute. **The Baku-Tbilisi-Ceyhan Pipeline: Oil Window to the West**. 2005. Disponível em: [http://www.silkroadstudies.org/BTC\\_6.pdf](http://www.silkroadstudies.org/BTC_6.pdf). Último acesso: 13/11/2010.
- BARDAKÇI, Mehmet. **Decoding the Rise of Euroskepticism in Turkey**. Insight Turkey, Vol. 9, N.4, 2007.
- BARRINHA, André. **A Turquia e a Ilusão do Médio Oriente**. Relações Internacionais, N.21, 2009.
- BENGIO, Ofra. **The Turkish-Israeli Relationship, Changing Ties of Middle Eastern Outsiders**. Palgrave-Macmillan, 2004.
- BENGIO, Ofra. **Turkey's Quiet Revolution and its impact on Israel**. Israel Journal of Foreign Affairs, Vol. IV, N.1, 2010.
- BESLEY, Timothy; PERSSON, Torsten. **The Origins of State Capacity: Property Rights, Taxation, and Politics**. The American Economic Review, Vol.99, N.4, 2007.
- BILGIN, Pınar. **Only Strong States Can Survive in Turkey's Geography: The Uses of 'Geopolitical Truths' in Turkey**. Political Geography, N.26, 2007.
- BORDONARO, Frederico. **Turkey stakes a Central Asian claim**. 2007. Disponível em: [http://www.atimes.com/atimes/Central\\_Asia/IE12Ag01.html](http://www.atimes.com/atimes/Central_Asia/IE12Ag01.html). Último acesso: 12/11/2010.
- BUZAN, Barry; WAEVER, Ole. **Regions and Powers, the Structure of International Security**, Cambridge: Cambridge University Press, 2003.
- ÇANDAR, Cengiz. **The Kurdish Question: The Reasons and Fortunes of The Opening**. Insight Turkey, Vol. 11, N.4, 2009.
- ÇELİK, Yasemin. **Contemporary Turkish foreign policy**. Greenwood Publishing Group, 1999.
- CIA. **The World Factbook**. 2010. Disponível em: <https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>. Último acesso: 14/11/2010.
- CINAR, Menderes. **Turkey's Transformation Under the AKP Rule**. The Muslim World, Vol. 93, N.3, 2009.
- CORNELL, Svante E. **Regional Politics in Central Asia: the Changing Roles of Iran, Turkey, Pakistan and China**. New Delhi: SAPRA Foundation, 2003.
- CRISS, Nur Bilge. **Parameters of Turkish Foreign Policy Under The AKP Governments**. UNISCI Discussion Papers, N.23, 2010.
- DAVUTOĞLU, Ahmet. **Foreign Policy Vision: an Assessment of 2007**. Insight Turkey, Vol.10, N.1, 2008.
- DAVUTOĞLU, Ahmet. **The Clash of Interests: An Explanation of the World (Dis)Order**. Perceptions: Journal of International Affairs, Vol. 2, N. 4, 1998.

- DAVUTOĞLU, Ahmet. **Turkey's Zero-Problems Foreign Policy**. 2010. Disponível em: [http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/05/20/turkeys\\_zero\\_problems\\_foreign\\_policy?page=0,1](http://www.foreignpolicy.com/articles/2010/05/20/turkeys_zero_problems_foreign_policy?page=0,1). Último acesso: 13/11/2010.
- DAVUTOĞLU, Ahmet. **Turkish Foreign Policy and the EU in 2010**. Turkish Policy Quarterly, Vol. 8, N.3, 2009.
- DEMİRTAŞ, Serkan. **Central Asia plays central role in Turkish foreign policy, Davutoğlu says**. 2010. Disponível em: <http://www.hurriyetdailynews.com/n.php?n=central-asia-plays-central-role-in-turkish-foreign-policy-davutoglu-says-2010-07-03>. Último acesso: 13/11/2010.
- DERINGİL, Selim. **Turkish Foreign Policy During the Second World War: an "Active Neutrality"**. Cambridge: Cambridge University Press, 1989.
- DÜZGİT, Senem Aydın; TOCCI, Nathalie. **Transforming Turkish Foreign Policy: The Quest For Regional Leadership and Europeanisation**. Centre for European Policy Studies (CESP) Commentaries, Novembro 2009.
- DULLIUS, Gustavo Piccinini. **Gastos militares na América do Sul: Venezuela e Chile (2003-2008)**. Monografia (Graduação em Relações Internacionais), Departamento de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008.
- GABER Y. **Turkey's New Foreign Policy Strategy: Local, Regional and Global Dimensions**. Journal of Odessa National Mechnikov University, Vol.14, N.13, 2009.
- GLOBAL DEFENCE. Disponível em: <http://www.globaldefence.net>. Último acesso: 28/10/ 2010.
- GOBLE, Paul et al. **Azerbaijan In the World**. Azerbaijan Diplomatic Academy Biweeked Newsletter, Vol. 2, N.12, 2009.
- GORDON, Philip H.; TASPINAR, Omer. **Winning Turkey: How America, Europe, and Turkey Can Revive a Fading Partnership**. Washington DC: Brookings Institution Press, 2008.
- GRIGORIADIS, Ioannis. **The Davutoğlu Doctrine and Turkish Foreign Policy**. ELIAMEP Working Paper N. 8, Bilkent University, 2010.
- GÜZELDERE, Ekrem Eddy. **Turkish Foreign Policy: From "Surrounded by Enemies" to "Zero Problems"**. CAP Policy Analysis, N.1, 2009.
- HALE, William. **Turkey and the Middle East in the 'New Era'**. Insight Turkey Vol. 11, N.3, 2009.
- HALE, William. **Turkish Foreign Policy: 1774-2000**. Oregon: Frank Cass Publishers, 2000.
- HAN, Ahmet. **From "Strategic Partnership" To "Model Partnership": AKP, Turkish – US Relations and The Prospects Under Obama**. UNISCI Discussion Papers, N.23, 2010.
- HARRIS, George. **Turkey and the U.S.** In: KARPAT, Kemal. **Turkey's foreign policy in Transition, 1950-1971**. Brill: Leiden, 1975.
- HOURANI, Albert Habib. **Uma Historia dos Povos Árabes**. São Paulo: Cia das Letras, 2006.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The Military Balance**. Londres: Routledge, 2008.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The Military Balance**. Londres: Routledge, 2009.
- INTERNATIONAL INSTITUTE FOR STRATEGIC STUDIES (IISS). **The Military Balance**. Londres: Routledge, 2010.
- JANE's. **World Armies: Iran**. Londres: Jane's Information Group. 2009.
- JANE's. **World Armies: Israel**. Londres: Jane's Information Group. 2009.
- JANE's. **World Armies: Turkey**. Londres: Jane's Information Group. 2009.
- JUNG, Dietrich. **The Sevres Syndrome: Turkish Foreign Policy and its Historical Legacies**. 2003. Disponível em: [http://www.unc.edu/depts/diplomat/archives\\_roll/2003\\_0709/jung\\_sevres/jung\\_sevres.html](http://www.unc.edu/depts/diplomat/archives_roll/2003_0709/jung_sevres/jung_sevres.html). Último acesso: 11/11/2010.

- KAMEL, Ayhan. **Turkish- Russian Relations and Western Dimension**. In: KARAOSMANOĞLU, Ali L.; TAŞHAN, Seyfi (ed.). **The Europeanization of Turkey's Security Policy: Prospects and Pitfalls**. Ankara: Foreign Policy Institute, 2004.
- KARAOSMANOĞLU, Ali. **Turkey's objectives in the Caspian region**. In: CHUFRIN, Gennady, *The Security of the Caspian Sea Region*. Stockholm: SIPRI Publication, 2002.
- KATZMAN, Kenneth. **Iran: U.S. Concerns and Policy Responses**. Congressional Research Service. 2006. Disponível em: <http://fpc.state.gov/documents/organization/67845.pdf>. Último acesso: 15/11/2010.
- KAYA, Kemal. **Turkey's New Challenges in the Caucasus and Central Asia**. Central Asia-Caucasus Analyst. 2001.
- KINIKLIOĞLU, Suat; MORKVA, Valeriy. **An Anatomy of Turkish- Russian Relations**. Southeast European and Black Sea Studies, Vol. 7, N.4, 2007. Disponível em: <http://www.informaworld.com/smpp/title%7Econtent=t713634533%7Edb=all%7Etab=issueslist%7Ebranches=7>. Último acesso: 02/11/2010.
- KIRISCI, Kemal **The Future of Turkish Policy Towards The Middle East**. In RUBIN, Ojanen (org.), *Looking For a New Strategic Identity: Is Turkey Emerging as an Independent Regional Power?* Boulder: Lynne Rienner Publishers, 2001.
- KRAMER, H. **A Changing Turkey: The Challenge to Europe and the United States**. Washington DC: Brookings Institution, 2000.
- LARUELLE, Marlène. **Russo-Turkish Rapprochement: Alexander Dugin's Networks in Turkey**. The Jamestown Foundation, 2008.
- LESSER, Ian. **Turkey, the United States, and the Geo-Politics of Delusion**. Survival, Vol. 48, N.3, 2006.
- LYNDON JOHNSON. **Carta ao governo da Turquia**. 1964. Disponível em <http://www.cyprus-conflict.org/materials/johnsonletter.html>. Último acesso: 10 out 2010.
- MAHAPATRA, Debidatta Aurobinda. **Central Eurasia: Geopolitics, Compulsions and Connections factoring India**. New Delhi:Lancer's Publishers, 2008.
- MINISTRY OF FOREIGN AFFAIRS OF TURKEY (MFA). Disponível em: [www.mfa.tur](http://www.mfa.tur). Último acesso: 15/11/2010.
- NYE, Joseph. **The Paradox of American Power: Why the World's Only Superpower Can't Go It Alone**. Oxford: Oxford University Press, 2002.
- OCDE. **Country Statistical Profile 2010: Turkey**. 2010. Disponível em: <http://stats.oecd.org/index.aspx?queryid=23110>. Último acesso: 02/11/2010.
- ÖNIŞ, Ziya. **The New Wave of Foreign Policy Activism in Turkey**. DIIS Report, Vol.5, 2009.
- ÖZTÜRK, Asiye. **Turkey: Europe's Bridge to the Middle East**. Israel Journal of Foreign Affairs, Vol. 2, N.2, 2008.
- RABASA, Angel; LARRABEE, Stephan. **The Rise of Political Islam in Turkey**. RAND Corporation, 2008.
- ROHOZIŃSKI, Jerzy et al. **Turkey after the start of negotiations with the European Union: foreign relations and the domestic situation**. CES Report, Warsaw 2008.
- RUBIN, Barry; KIRISCI, Kemal. **Turkey in World Politics: An Emerging Multiregional Power**. Istanbul: Bogaziçi University Press, 2002.
- SÁ, Antônio Álvaro Barbosa. **Resenha: Tilly, C. Democracy**. Teoria & Pesquisa, Vol.16, N.1, 2007.
- SANDRIN, Paula. **Turkish Foreign Policy after the end of the Cold War – from securitizing to desecuritizing actor**. Disponível em: <http://changingturkey.com>. Último acesso: 13/11/2010.
- SEBBEN, Fernando Dall'Onder. **Bolívia: Logística Nacional e Construção do Estado**. Dissertação de mestrado, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2010.

- SEMAAN, George. **Turquia: definindo seu papel no Oriente Médio**. 2010. Disponível em: <http://www.correiointernacional.com/?p=2879>. Último acesso: 24/10/2010.
- SHARP, Jeremy M. **U.S. Foreign Aid to Israel**. Congressional Research Service. 2010. Disponível em: <http://www.fas.org/sgp/crs/mideast/RL33222.pdf>. Último acesso: 14/11/2010.
- SOLANA, Javier. **NATO in Transisiton**. Perceptions, Vol.1, N.1, 1996.
- SÖZEN, Ahmet. **Changing Fundamental Principles in Turkish Foreign Policy Making**. International Studies Association Annual Conference, 2006.
- THE ECONOMIST. **A fading European dream – Will Turkey ever join the EU?** 2010a. Disponível em: [http://www.economist.com/node/17276372?story\\_id=17276372](http://www.economist.com/node/17276372?story_id=17276372). Último acesso: 11/11/2010.
- THE ECONOMIST. **Fund management: The economy may soon recover, but Turkey still needs an IMF deal**. 2009a. Disponível em: [http://www.economist.com/node/14041662?story\\_id=14041662](http://www.economist.com/node/14041662?story_id=14041662). Último acesso: 02/11/2010.
- THE ECONOMIST. **Repairing the bridge: The diplomatic benefits of an undiplomatic outburst**. 2009b. Disponível em: [http://www.economist.com/node/13278837?story\\_id=13278837](http://www.economist.com/node/13278837?story_id=13278837). Último acesso: 13/11/2010.
- THE ECONOMIST. **The awkward partners: Growing worries in the West over the risk of losing Turkey**. 2006. Disponível em: [http://www.economist.com/node/7971046/print?story\\_id=7971046](http://www.economist.com/node/7971046/print?story_id=7971046). Último acesso: 13/11/2010.
- THE ECONOMIST. **The Davutoğlu effect: All change for foreign policy**. 2010b. Disponível em: [http://www.economist.com/node/17276420?story\\_id=17276420](http://www.economist.com/node/17276420?story_id=17276420). Último acesso: 03/11/2010.
- TILLY, Charles. **Democracy**. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.
- TRATADO DE LOUSANE. Disponível em: <http://www.regione.taa.it/biblioteca/minoranze/grecia1.pdf>. Último acesso: 9 out. 2010.
- TURAN, Tolga. **Turkish Foreign Policy Towards Israel: The Implications of Turkey's Relations With The West**. School of Social Sciences of Middle East Technical University. Ancara, 2008.
- TURKISH STATISTICAL INSTITUTE. Disponível em: [www.tuik.gov.tr](http://www.tuik.gov.tr). Último acesso: 10/11/2010.
- VANDERLIPPE, John M. **The Politics of Turkish Democracy: İsmet İnönü and the Formation of the Multi-Party System, 1938-1950**. Albany: State University of New York Press, 2005.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **As Relações Internacionais da África e da Ásia**. Petrópolis: Vozes, 2007.
- VIZENTINI, Paulo Fagundes. **O G-3 e o G-20: o Brasil e as novas coalizões internacionais**. NERINT, 2009.
- WINROW, Gareth. **Turkey and the newly independent States of Central Asia and the Transcaucasus**. Middle East Review of International Affairs. Vol. 1, N.2, 1997.
- WORLD BANK. **World Development Indicators database, September 2010**. 2010. Disponível em: [http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP\\_PPP.pdf](http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/GDP_PPP.pdf). Último acesso em: 02/11/2010.

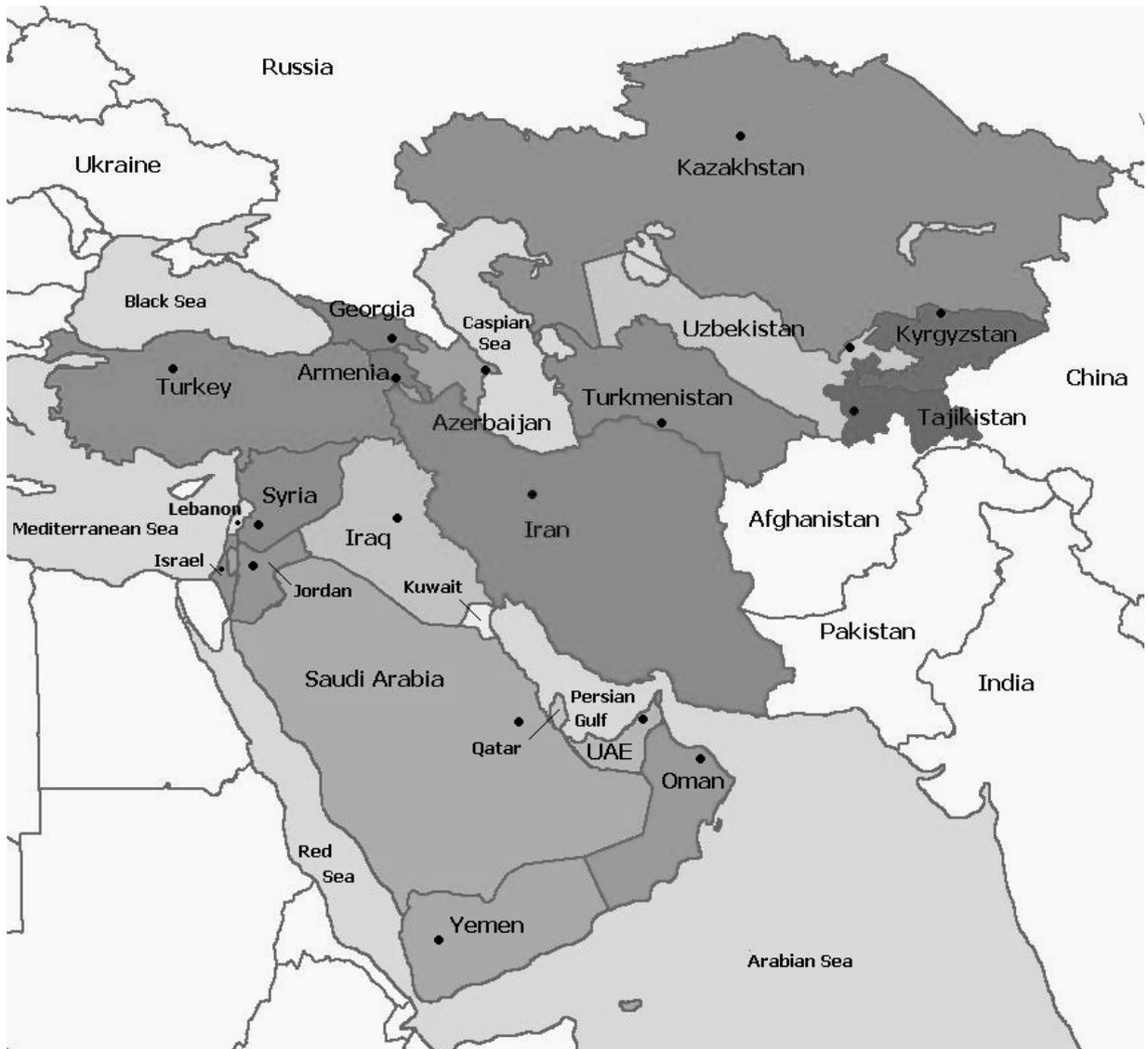
## ANEXOS

Anexo 1 – Mapa político da Turquia



Fonte: GALL, 2004.

Anexo 2 – Mapa político da Turquia, da Ásia Central, do Cáucaso e do Oriente Médio



Fonte: elaborado pela autora.

